

# O PSICÓLOGO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O OLHAR DE UM ESTRANGEIRO

## PSYCHOLOGIST IN PUBLIC POLICY SOCIAL ASSISTANCE: THE LOOK OF AN ALIEN

FERNANDA DANIELA DINATO\*  
FERNANDA VARANDAS MUSSI\*\*

### RESUMO

---

Este trabalho tem como objetivo verificar se os alunos do curso de Psicologia e psicólogos receberam, durante sua formação acadêmica, orientações e/ou conhecimentos necessários para se tornarem profissionais aptos a atuar na Política Pública de Assistência Social. Revela desafios, avanços e impasse da interdisciplinaridade entre a Psicologia e o Serviço Social. Por fim, apresenta pesquisa realizada com alunos de Psicologia, que estão em processo de graduação, psicólogos e assistentes sociais que compõem equipes interdisciplinares dos Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

**Palavras-chave:** Política Pública de Assistência Social; Psicologia; Serviço Social; Interdisciplinaridade;

---

\* Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas, Área Organizacional e Terceiro Setor no Núcleo de Pós-Graduação do Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de Especialista em Serviço Social sob orientação da Professora Mestre Fernanda Varandas Mussi. Barra Bonita/SP – Av. Pedro Ometto, 1418 – CEP 17340-000 – Telef. 14 3641.8224 – e-mail: [dinato\\_psico@hotmail.com](mailto:dinato_psico@hotmail.com)

\*\* Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela UNESP de Franca. Com Especialização em Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru (ITE), 2008. Atualmente é docente do curso de Serviço Social e no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas, Área Organizacional e Terceiro Setor, no Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo. de Ensino. Igarapu do Tiete/SP – Rua Alfredo Fernandes, 359 – CEP 17350-000 – Telef. 14 3644.1095 – e-mail: [Fernanda.s.varandas@hotmail.com](mailto:Fernanda.s.varandas@hotmail.com)

## ABSTRACT

---

The target of this report is verify whether the academic students of Psychology and the Psychologists received, during their college education, enough guidelines and/or knowledge how becoming enabled professionals to act in Social Assistance's Public Policy. It exposes challenges, progress and impasse about the interdisciplinarity involving Psychology and Social Service. At last, it presents research developed with undergraduate psychology's students, psychologists and social assistants, interdisciplinary team members of Social Assistance Reference Centers and Social Assistance Specialized Reference Centers.

**Keywords:** Social Assistance's Public Policy; Psychology; Social Service; Interdisciplinarity;

## 1 INTRODUÇÃO

Durante anos a Psicologia manteve-se configurada como ciência baseada no estudo da psique humana. Nas universidades o objeto de estudo pautou-se na análise “individual” do sujeito. A grande maioria das instituições de ensino na área de Psicologia deixa em voga uma formação especificamente clínica. O referencial teórico, em geral, apresenta teorias e técnicas com ênfase clínica. Com a implantação da Política Pública da Assistência Social no Brasil, abriu-se um novo campo de atuação, estudo e pesquisa para os profissionais da psicologia.

A Política Pública da Assistência Social tem como objeto de estudo, prioritariamente, a centralidade e a superação das necessidades das famílias e seus membros. Assim, possui como pressuposto ações que devam prevenir, proteger, promover e garantir os direitos de cada cidadão que esteja sob o território brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 – em seu art. 194 – prevê a seguridade social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência”. Pauta-se da ideia que a cidadania envolve um mínimo bem-estar, tanto do ponto de vista econômico quanto de segurança, além da concretização dos direitos políticos, civis e sociais. Dito melhor rege-se pelo princípio da certeza e do direito à assistência social através de uma política não contributiva e de responsabilidade do Estado.

Diante deste novo campo de atuação, este estudo buscou evidenciar questões sobre se os alunos em graduação de Psicologia e psicólogos estão preparados para atuar com o objeto de estudo da Política Pública da Assistência Social, pois a psicologia como ciência passa por novos avanços e necessita capacitar seus alunos quanto à operacionalização com maior enfoque nas expressões da questão social.

Acredita-se que os cursos de nível superior de psicologia ainda estão readequando suas diretrizes curriculares, conteúdos que garantam na formação profissional um trabalho multidisciplinar que promova a integração entre psicólogos e assistentes sociais, além de novos olhares e propostas acerca da realidade social no Brasil quando se trata da Política da Assistência Social.

O aluno de Psicologia, durante sua graduação, necessita em sua grade curricular de - no mínimo - quatro anos de estudos acadêmicos. Nesses anos são ministradas aulas teóricas e práticas para que possua conhecimento amplo acerca da psique e da existência do ser humano.

É previsto nas Diretrizes Nacionais Curriculares da Graduação em Psicologia algumas disciplinas de caráter sócio comunitário, dito melhor, aulas cujo enfoque seja a sociedade e a forma como os sujeitos interagem entre si.

A inclusão do profissional da psicologia na equipe mínima dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) abre um campo de trabalho: o da Política Pública da Assistência Social. Embora seja recente no país a inserção do psicólogo no campo das Políticas Públicas, tal emergência nos leva a entender a necessidade da reformulação do paradigma psicológico que embasa boa parte da práxis profissional. Transparece a ampliação de estratégias para nova construção de saberes que acolha a complexidade do coletivo.

A constituição do social como objeto de conhecimento no campo de intervenção das ciências humanas possibilita um retrato de um país cujo sistema capitalista ainda permanece focalizado e fragmentado, uma vez que não supera a chamada questão social.

A Política Pública da Assistência Social é um campo de forças em luta, onde discursos, práticas e saberes se produzem e se confrontam. Nesse sentido, pode-se supor uma trajetória em construção à medida que permite ao homem refletir sobre sua coexistência. Tem presente o questionamento sobre como os discursos se relacionam com as estratégias de poder, além do mais, sobre que subjetividades aparecem e que efeitos surgem na trama social.

Se há possibilidades de analisar implicações no campo da Psicologia, no que concerne às possibilidades de estudos mais pormenorizados acerca da Política Pública da Assistência Social a serem incluídas nas Diretrizes Curriculares de Graduação em Psicologia, ficam lançados alguns desafios para as próximas décadas, ou seja, propor ações que não operem na perspectiva da normalização, mas, sim, em acreditar na potência da interdisciplinaridade dos saberes.

Mediante tais considerações é que surge o interesse em revelar como os cursos de psicologia trabalham a questão do social em especial, a operacionalização da Política Pública da Assistência Social, o que tem significado ímpar para os profissionais, futuros profissionais, bem como para os próprios cursos de formação profissional de Psicologia.

No capítulo denominado “*Psicologia: Ciência e Profissão*” serão apresentadas ideias acerca do desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil e a formulação das grades curriculares vinculadas ao estudo da coletividade e ensino voltado à área social. Historicamente é da natureza humana buscar compreensões acerca de sua própria existência. Os fenômenos, da qual, os indivíduos e as sociedades vivenciam carregam em si significações que delimitam o coexistir humano. A expressão das ciências humanas refere-se àquelas

ciências que têm o ser humano como objeto de conhecimento, ou seja, as ciências sociais consideram o ato social como unidade básica e admitem que o homem possa compreender suas próprias intenções, bem como interpretar os motivos da conduta de outros homens.

No capítulo que corresponde à “*História da Política Pública da Assistência Social no Brasil*” percorreremos por um trajeto cronológico e, ao mesmo tempo, cheio de lutas, avanços e pausas para desvendar como essa Política Pública se construiu e se reformula ao longo dos anos. Traçaremos os principais marcos históricos, regulamentações e diretrizes da Política Pública da Assistência Social.

Logo em seguinte, o capítulo denominado “*Interdisciplinaridade: Uma Interlocução da Psicologia com o Serviço Social*” serão expostos referenciais teóricos, normativas e reflexões acerca do trabalho interdisciplinar que vem sendo realizado por essas duas classes profissionais – Serviço Social e Psicologia – no desenvolvimento e quebra de paradigmas para execução de uma Política Pública que tem como base estruturante a garantia de direitos, a emancipação e a proteção social de todos os cidadãos. Tanto o Conselho Federal de Serviço Social quanto o Conselho Federal de Psicologia unem forças para desenvolver diretrizes acadêmicas estruturando a operacionalização dos serviços ofertados à população para promover, cada vez mais, aos estudantes e profissionais qualificação necessária para romper paradigmas históricos que dominaram o cenário nacional.

Por fim, o capítulo referente ao “*Caminhar entre Fronteiras – Análise dos Dados da Pesquisa Aplicada*” será apresentada a metodologia aplicada durante coleta de informações obtidas nas entrevistas com estudantes de psicologia, psicólogos e assistentes sociais sobre suas referências, bases teóricas e reflexões acerca da inserção do psicólogo na Política Pública da Assistência Social. Tais métodos de pesquisa foram selecionados, ajustados e desenvolvidos a partir de uma compatibilidade com a natureza do fenômeno estudado. Caracterizado pela ênfase ao mundo da vida cotidiana com retorno à totalidade do mundo vivido. Esse tipo de método teve como intuito retratar uma abordagem que não se apega tão somente às coisas factualmente observáveis, mas evidenciar seu significado e contexto com um refinamento e previsão maiores. Ao promovermos um isolamento da situação em foco, dentro do seu contexto, o estudo de tal fenômeno nos permitiu questionar e discutir pressupostos tidos como naturais, óbvios da intencionalidade do sujeito frente à realidade de sua ação. A pesquisa aplicada à esfera social possibilitou acesso ao mundo vivido através da descrição direta e indireta das experiências dos participantes. Seu foco foi de natureza exploratória com interpretações abertas a outras interpretações, embora muitas vezes conflitantes.

Torna-se de suma importância ressaltar que o ciclo de pesquisa adotado neste estudo abordou um processo de trabalho em espiral baseado, num primeiro momento, em fase exploratória cujo enfoque consistiu em elencar os procedimentos necessários para preparar o trabalho em campo. Posteriormente foi realizada etapa referente à análise e tratamento do material descritivo e documental visando valorizar, compreender e interpretar os dados coletados. Logo em seguida, serão apresentados estudos bibliográficos para fundamentar o projeto com leituras teóricas cuja necessidade foi levantada como problema-chave desta pesquisa – estudo de natureza quantitativo-qualitativa. Todo e qualquer estudo permite àquele que busca aprofundar seu saber um espectro magnífico da vida, isto é, nos transforma em seres mais críticos e mais interativos. Assim, a viagem pelos livros, teorias e práticas favorece criar um mundo fantástico na busca do saber.

A atual pesquisa vale-se de proposições acerca de hipótese de que os alunos e profissionais da psicologia contam com diretriz curricular de ensino mínima sobre o que vem a ser a Política Pública de Assistência Social.

Diante deste possível indicador todo ciclo desta pesquisa buscou através de instrumento de coleta de dados (entrevistas) elencar, compreender e interpretar requisitos acadêmicos trabalhados durante a formação do psicólogo para atuar no campo social. As entrevistas buscaram identificar o perfil desta classe de estudantes e profissionais para, assim, ser representado em gráficos como dado quantitativo.

As entrevistas com alunos em graduação da faculdade de Psicologia da Fundação Educacional Dr. Raul Bauab de Jaú trouxeram dados sobre como são ministradas disciplinas ligadas a Psicologia Social Comunitária e a Política Pública da Assistência Social. Noutro momento, entrevistas realizadas com psicólogos e assistentes sociais, que atuam em organizações governamentais ligadas à Política da Assistência, determinaram se existiram avanços e/ou impasses no trabalho interdisciplinar.

## **2 PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**

O desenvolvimento da Psicologia no Brasil nos permite percorrer por cenários, acontecimentos e caminhos que conduzem qualquer leitor a refletir sobre sua posição enquanto agente inserido num contexto sociocultural e protagonista de uma história.

É necessário compreender o que permite ao homem se implicar, se reconhecer como sujeito, compreender as determinações a que está sujeito e as formas de agir sobre elas. É necessário compreender o que impede e o que permite ao homem agir para transformar a realidade de forma libertadora e emancipadora. O caminho pela qual a Psicologia percorreu até ser legitimada como ciência nos mostra retratos de lutas, conquistas e quebra de paradigmas históricos e científicos.

Neste capítulo abordaremos desde meados de 1500 até os dias atuais a configuração de uma ciência em pleno desenvolvimento e fortalecimento da profissão.

A história nos conta que, de 1500 a 1808, os detentores do saber eram os religiosos, políticos, educadores, filósofos e moralistas, sendo estes, os primeiros a abordar questões psicológicas no Brasil colonial. Competia a eles abordar temas como emoções, sentidos, autoconhecimento, educação, personalidade, controle do comportamento, aprendizagem, influência paterna, educação feminina, trabalho, adaptação ao meio, processos psicológicos, práticas médicas, controle político, diferenças raciais e étnicas.

A igreja possuía o dom e a liberdade para compreender o mundo psicológico através da educação religiosa e da confissão, sendo o século XVIII marcado pelo o “Iluminismo”, onde emergiram novas concepções de conhecimento, que tiveram impacto sobre o entendimento dos fenômenos psicológicos. Neste mesmo período destaca-se a figura do médico, agora substituto da figura do confessor, na cura dos males da alma.

O médico Mello Franco na obra - *Medicina Theologica ou Suplica Humilde*, feita a todos os Senhores Confessores e Directores, sobre o modo de proceder com os seus Penitentes na emenda dos Peccados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice afirma que: “Descobrimo-se na Confissão, as chagas todas do coração humano facilmente são conhecidas e podem ser inteiramente curadas pelos Médicos, que as observarão e examinarão em segredo”. O médico é, ao mesmo tempo, detentor do saber sobre o sujeito e agente da terapia (Catálogo 50 Anos da Psicologia - CRP/SP; 2011).

Num Brasil em pleno período de colonização, a ciência estava a poder de religiosos, bem como de médicos como detentores de todo saber acerca da psique humana. Não há indícios e/ou liberdade para outros estudiosos se aventurarem no universo da compreensão do ser humano que não seja de maneira doutrinatória ou patológica.

No século XIX, os saberes psicológicos, foram produzidos principalmente no interior da medicina e da educação. Grande parte dos assuntos psicológicos referia-se às paixões ou emoções, ao diagnóstico e tratamento das alucinações mentais, epilepsia, histeria.

Algumas obras deste período são: O esqueleto das faculdades e a origem das ideias do espírito humano, obra mui útil para os moços que se aplicam ao estudo de Philosophia, escrita por João Antônio dos Santos, impressa pela a- MG em 1847 e Investigações de Psicologia, de autoria de Eduardo Ferreira França, provavelmente o mais antigo das três Américas, publicado em Salvador-BA, 1854 (Catálogo 50 Anos da Psicologia - CRP/SP; 2011).

Por volta de 1840 foram criados os primeiros hospícios e Santas Casas de Misericórdia. Observamos, também, que as faculdades de Medicina começam a ministrar aulas que focavam na explicação fisiológica dos fenômenos psíquicos. Já Educação era ensinada conteúdos psicológicos que abordavam as faculdades psíquicas – inteligência, sensações e vontade - a aprendizagem e os métodos e instrumentos educativos encontrados no ensino secundário e, sobretudo, nas Escolas Normais, com a crescente preocupação com o fenômeno psicológico, fundamentando principalmente a metodologia de ensino, com foco no educando e na formação do educador. Conteúdos psicológicos são encontrados nas disciplinas de Filosofia, Psicologia Lógica, Pedagogia e Pedagogia e Psicologia.

De 1890 a 1947, apolítica econômica a serviço dos cafeicultores gerou profundo descontentamento entre todas as camadas excluídas da sociedade brasileira. Das camadas intelectuais, animadas pelo ideário liberal, surge um projeto de nação, que almejava elevar o Brasil à modernidade, rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Surge, portanto, a necessidade de um ser humano novo para a nova sociedade, tarefa para a educação que, baseada no escolanovismo, busca na Psicologia a ciência que dará base para sua ação. São criados neste período os primeiros laboratórios da área nas Escolas Normais e reformuladas algumas práticas em alguns hospícios, onde ampla gama de temas psicológicos foi estudada.

É neste momento, também, que penetram no país as ideias que estão sendo produzidas pela Psicologia Europeia e Estadunidense, assim como obras e a própria presenças de importantes psicólogos estrangeiros. Tanto no cenário brasileiro quanto internacional existem importantes implicações para quem estuda e busca retratar marcos históricos.

A Psicologia obteve um grande impulso nos Estados Unidos. A migração de psicólogos da Gestalt – da Áustria e da Alemanha para os Estados Unidos em função dos nazistas – foi uma das fontes de inspiração para a Psicologia Norte-Americana e uma das causas responsáveis pela sua individualização. A Filosofia, claramente distinta do positivismo, vai inspirar nos Estados Unidos uma Psicologia diferenciada entre as guerras mundiais.

Já no Brasil fica claro que:

Gradativamente, a Psicologia vai sendo reconhecida como uma ciência autônoma, ocupando um lugar significativo no âmbito do ensino, da pesquisa e da prática. Destaca-se a obra: *Atentados ao pudor: estudo sobre as aberrações do instinto sexual*, de Viveiros de Castro (1895), publicada em Recife e no Rio de Janeiro por duas editoras (Catálogo 50 Anos da Psicologia - CRP/SP; 2011).

A Psicologia, no Brasil, ainda permanecia sob domínio da Educação e da Medicina, porém desenvolvia estudos sobre questões relativas ao trabalho relacionadas à perspectiva de industrialização no país.

O ano de 1950 fica marcado na história da Psicologia, pois data deste período o primeiro Pedido de Registro de um Consultório de Psicopedagogia no Ministério da Educação; o primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia, em Curitiba; o primeiro Anteprojeto sobre a Formação e Regulamentação da Profissão, apresentado pela Associação Brasileira de Psicotécnica e a Criação dos Cursos de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e na PUC de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Somente depois de 1950 que a Psicologia começa a ganhar força enquanto ciência e luta pela regulamentação da profissão. Um dos primeiros indícios para o fortalecimento da classe profissional ocorreu em 1958 quando é apresentada o Projeto de Lei 3825 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de psicologista.

Já em meados de 1962, a Psicologia se consolida como uma ciência capaz de formular teorias, técnicas e práticas para orientar e integrar o processo de desenvolvimento demandado pela nova ordem política e social. Consolidam-se os campos de atuação: educação, trabalho e clínica. São desenvolvidos tipos de ensino, pesquisa, publicações, congressos, organização e atuação prática. Inicia-se o processo de consolidação da psicologia rumo à regulamentação profissional.

A Lei 4119 de 27 de agosto de 1962 reconhece a profissão e psicólogo, fixa normas para a atuação profissional e estabelece um currículo mínimo para sua formação. Os campos de atuação são aqueles que se consolidaram como prática no período anterior: clínica, escolar-educacional e organização do trabalho (Catálogo 50 Anos da Psicologia – CRP/SP; 2011).

A Psicologia desvincula-se gradativamente da psiquiatria, ganhando status de disciplina independente nos cursos de pedagogia, ciências sociais e filosofia. Cresce o intercâmbio com o exterior: profissionais estrangeiros vêm ao Brasil ministrar cursos e dirigir grupos de estudos. Ao mesmo tempo, aumentam as publicações de Psicologia. No plano institucional, psicólogos se organizam em associações que reivindicam a regulamentação da profissão.

Um dos maiores momentos de luta e confrontos que a Psicologia sofreu no Brasil foi durante o governo do Presidente João Goulart (Jango) – 1963. A criação da Universidade de Brasília com seu modelo inovador de docência e pesquisa incomodou muito os setores conservadores da inteligência brasileira. O acordo MEC USAID (1968) enfraquece as universidades públicas, foco de resistência ao regime militar.

No mesmo ano a classe profissional realizaria o Congresso de Psicologia na cidade de Ibiúna-SP, porém não obteve sucesso. A polícia política – força repressora utilizada no governo Jango – censurou a realização do mesmo, como também, prendeu várias pessoas que lutavam por um espaço de liberdade de ideias. Lideranças políticas e populares, artistas e pensadores foram obrigados a partir para o exílio. Padres progressistas, operários, professores, estudantes, jornalistas, artistas foram perseguidos, presos, torturados e, até mesmo, mortos. A ditadura militar e as condições por ela imposta criam problemas para o desenvolvimento da profissão.

A Reforma Universitária de 1968, que vislumbrava a democratização do ensino superior, possibilitou a proliferação de faculdades privadas, formando grande contingente de profissionais sem possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, que se retrai para áreas como a Psicologia. Surgem obstáculos – para os profissionais recém-formados – encontrar campo para atuação. Ao mesmo tempo, as escolas tornam a docência uma alternativa de trabalho para psicólogos, muitos dos quais fazem desse espaço “o ambiente ideal” para a resistência política e para a produção de uma Psicologia crítica, discutindo e divulgando ideias libertárias inspiradas na anti-psiquiatria e nos grupos operativos, críticas e elaboração

de novas possibilidades de atuação na educação e no trabalho, assim como a busca de novos aportes teóricos, sobretudo no âmbito da Psicologia Social.

Outro aspecto a se considerar valeu-se da prática realizada na Psicologia Clínica, ou seja, praticada nos consultórios particulares, que tinham como referência o modelo didático, mas que contribuiu para reforçar a elitização da profissão e tornar-se restrita como campo de trabalho.

O clima de restrição ao livre pensamento e liberdades individuais, favoreceu perspectivas idealistas e tecnicistas na área, mas isso não foi suficiente para que, na década de 1970, a crítica a esta Psicologia e a busca de alternativas teóricas e práticas não começassem a se concretizar. Uma das vitórias conquistadas pela Psicologia no período de ditadura no Brasil se deu através da Lei 5692/71 que retirou a disciplina Psicologia do currículo do, então, ensino de 2º Grau.

Ainda no período da ditadura evidenciamos que a exclusão social começa a ser explicada com argumentos psicológicos. Há indícios de alguns psicólogos apoiarem práticas repressivas da época, encobrando, ignorando e, até mesmo, justificando a violência do Estado.

Um exemplo é a pesquisa Perfil Psicológico do Terrorista Brasileiro (Centro de Estudos de Pessoal do Exército – Forte do Leme no RJ, 1969), que aponta características psicológicas de alguns presos políticos submetidos ao Teste de Rorschach (Catálogo 50 Anos da Psicologia - CRP/SP; 2011).

Esse contingente mínimo de profissionais aliados às Forças Repressoras – durante a ditadura - buscava compreender, no cenário estrutural da desigualdade socioeconômica, a fala dos sujeitos imersos em práticas e discursos instituídos que legitimavam a segregação e a exclusão. Foram desenvolvidas, nessas condições, práticas que procuram atender às demandas da maioria da população, até então alijada do acesso ao trabalho do psicólogo, como a psicologia comunitária e jurídica, entre outras práticas.

No entanto, boa parte optou pela oposição ao regime. O predomínio da técnica e o contexto autoritário não “calaram” o questionamento da transposição mecânica de modelos estrangeiros e a elitização da prática psicológica. A Psicologia brasileira passou a criticar suas referências teóricas e práticas na medida em que profissionais, professores, pesquisadores e estudantes passaram a responder às demandas dos diversos segmentos da sociedade com os quais trabalhavam.

Em 1971, durante o período mais duro da ditadura militar, foi criado o Conselho Federal de Psicologia (CFP), estando sob o controle do Ministério do Trabalho. Somente dois anos mais tarde, que o Ministério do Trabalho convocou as associações de psicologia para elegerem seu Primeiro Plenário. OCFP, em processo de organização, oficializa em 1975 o primeiro Código de Ética Profissional, reformulado posteriormente em 1979. Neste mesmo ano publica o número zero da Revista Psicologia, Ciência e Profissão, em que começa a tornar pública a adesão ao movimento contra a ditadura.

Em dez anos de existência, o CFP passa de 850 para 50 mil inscritos, passando a atuar politicamente junto aos órgãos relacionados à Psicologia. Ao criar um Conselho Consultivo, composto por conselheiros federais e representantes dos CRPs, democratiza suas relações com os psicólogos. Com as liberdades democráticas restabelecidas no país, o Novo Código de Ética Profissional, de 1987, define as responsabilidades, direitos e deveres dos psicólogos de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Catálogo 50 Anos da Psicologia - CRP/SP; 2011).

Em meados de 1980, o Conselho Consultivo decide pela realização do Primeiro Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos estando em pauta o debate sobre a concepção corporativista e eleições diretas no CFP por meio de chapas com programa definido. No início de dezembro de 1987, na cidade de Bauru-SP, é realizado - durante o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental - o Movimento da Luta Antimanicomial no Brasil.

Esse movimento buscou alcançar inúmeras metas e mudanças no cenário nacional. Dentre os resultados do Movimento da Luta Antimanicomial, destacam-se a instituição do dia 18 de maio como Dia Nacional da Luta Antimanicomial e a aprovação da Lei 10.216/2001. Esta lei também garante aos portadores de sofrimento psíquico direitos e proteção, como de assistência integral - incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros - foco no tratamento em serviços comunitários, tratamento com humanidade e respeito - visando a recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade - proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, acesso a informações a respeito da doença e de seu tratamento, livre acesso aos meios de comunicação disponíveis, tratamento em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis e proibição da internação em instituições com características asilares.

A partir de 1989 é desencadeada uma sucessão de eventos fundamentais para os rumos, definição e desenvolvimento da Psicologia brasileira. Seminários, Fóruns Temáticos, Congressos tornam-se mecanismo essencial para o fortalecimento do ensino em Psicologia, bem como de empoderamento profissional.

Em 1994, o presidente Fernando Henrique Cardoso APROVA a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Tal medida estabelece as diretrizes básicas e normativas para o desenvolvimento do ensino nas faculdades de Psicologia no Brasil.

Por fim, no ano de 1997, a Comissão Nacional de Direitos Humanos – CNDH do Conselho Federal de Psicologia expandiu-se para todos os Conselhos Regionais, ampliando e fundamentando um dos princípios que norteiam as ações dos Conselhos e preconiza para a Psicologia e sua inserção na sociedade brasileira, como condição fundante da ação social inerente à sua atuação. Essa Comissão implementada, na época, pelo vice-presidente do CFP, o psicólogo Marcus Vinicius de Oliveira Silva, buscou a mobilização da categoria na promoção e na defesa dos Direitos Humanos como uma tarefa permanente da atuação profissional, ensino e pesquisa realizados pelos profissionais da Psicologia.

A diversidade teórica, compreendida como diversidade de objeto de estudo, colocou o desenvolvimento da Psicologia no Brasil em dúvida quanto à cientificidade das práticas. Porém, nas décadas seguintes, essa mesma diversidade, em seus múltiplos níveis, passou a ser vista de forma positiva, sendo respeitada e acolhida.

## **2.1 A história da Psicologia Social no Brasil**

É no mínimo prematuro escrever uma história da Psicologia Social no Brasil sem antes, no mínimo, traçar um retorno ao surgimento dessa vertente num contexto mais amplo, ou seja, (re)contar os primórdios históricos mundialmente.

Do ponto de vista institucional, o período de formação da Psicologia Social é caracterizado pelo período imediatamente seguinte ao fim da Segunda Guerra Mundial. A principal razão de se examinar criticamente o passado é justificada pela busca de se compreender melhor o presente.

Embora as raízes da psicologia social possam ser encontradas no solo intelectual de toda a tradição ocidental, seu atual florescimento é

reconhecido como sendo fenômeno caracteristicamente americano (FARR, 2012, p. 19).

A Segunda Guerra Mundial propiciou uma espécie de impulso ao desenvolvimento da Psicologia Social semelhante ao que a primeira guerra mundial favoreceu para o estudo minucioso dos testes psicométricos.

Durante a Segunda Guerra Mundial muitos cientistas sociais buscaram realizar levantamentos sociais sobre a adequação de soldados à vida no exército e sua preparação em combate, bem como sobre as consequências que dali surgiu. Esse programa de pesquisa colaborativa foi de suma importância por uma série de razões. Dentre as razões mais significativas estavam o fato de elaborar um modelo para o desenvolvimento de programas de doutorado em Psicologia Social – período pós-guerra – e programas interdisciplinares entre a Psicologia e a Sociologia.

A geração de estudantes de pós-graduação após a guerra foi particularmente talentosa. Eram estudantes maduro e, muitas vezes, pouco os separa em termos de idade e talento entre alunos e professores. Em especial na América, esses alunos tinham interrompido seus estudos e suas carreiras universitárias em função da guerra. A interrupção foi menor na América do que na Europa, onde as consequências da guerra foram muito mais devastadoras.

Os estudos desenvolvidos no período pós-guerra tinham como foco estudos experimentais acerca da comunicação em massa. A universidade de Yale, sob a direção de Hovland, reuniu brilhantes pesquisadores para desenvolver um programa de pesquisa que consistia num modelo comum de meios massivos de comunicação e dos efeitos desses meios.

É possível observar no percurso da história mundial que surgiram as Psicologias Sociais associadas ao behaviorismo, à Psicologia comparativa e ao cognitivismo, ambas em solo norte-americano. A imagem que se tem dos períodos entre guerras é que o behaviorismo tornou-se hegemônico por volta dos anos 30, e proporcionou o surgimento de uma compreensão individualizante do social, por entender que a psicologia dos indivíduos serviria para compreender a sociedade.

A imigração dos pensadores gestaltistas, em decorrência da ascensão de Hitler, foi o estopim para o surgimento de uma Psicologia Social Cognitivista que, como a behaviorista, mantinha uma postura individualizante, experimentalista e a-histórica, mantendo uma distinção entre indivíduo e sociedade. A Psicologia social passou a ser compreendida como o estudo das interações humanas e debruçou-se sobre os problemas relativos às atitudes e aos valores dos indivíduos na sua relação com a sociedade.

Outro foco bastante abordado pela Psicologia Social norte-americana foi o funcionamento do grupo como dispositivo de produtividade, seguindo as demandas do capitalismo avançado daquele país.

Torna-se de suma importância sinalizar que na história da Psicologia Social, houve o embate entre perspectivas psicológicas e sociológicas ao longo de seu desenvolvimento. Isso fica sinalizado na fala de Robert Farr (2012) ao esclarecer que:

Antes da instalação da perspectiva individualista em solo norte-americano, vemos o surgimento de uma psicologia social comparativa, baseada em uma perspectiva evolucionista fundamentada no Handbook of Social Psychology, de Murchison, de 1935 (FARR, 2012, p. 32).

Esse trabalho revela uma perspectiva sociológica da Psicologia Social por se fundamentar em uma analítica histórica dos fenômenos filogenéticos e na história social, em uma forma de considerar o social com metodologia multidisciplinar de análise dos fatos e fenômenos sociais.

É interessante observarmos como a separação entre indivíduo e sociedade foi resolvida com uma ferramenta implementada pela Psicologia Social norte-americana: o conceito de grupo, entendido como elo intermediário entre os dois.

Allport (1924), em seu livro *Social Psychology*, fundamenta a Psicologia Social como ciência comportamental e experimental parte da ideia de que a Psicologia Social não seria uma *Geisteswissenschaft* (ciência do espírito), como trataremos adiante em Wundt, mas uma *Naturwissenschaft* (ciência natural). Desse modo, para compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade, a Psicologia Social deveria se valer de formas analíticas provindas das ciências da natureza.

Já Foucault (1957/1999), em seu texto *A Psicologia de 1850 a 1950*, sinaliza que há, no início da Psicologia – assim como nos objetivos traçados pelos behavioristas e cognitivistas e também na Psicologia social –, uma vontade de verdade que busca as naturezas, as essências depuradas do homem por meio de experimentos que retiram a sua história. Será somente anos mais tarde, na história da Psicologia e da Psicologia Social que a compreensão do homem como sujeito histórico irá tomar corpo em oposição a essa subjetividade naturalizada pelas psicologias que se declaram provindas das ciências naturais.

Cartwright (1979), em sua análise histórica da Psicologia Social, sustenta a grande importância da figura de Hitler para o surgimento da Psicologia Social moderna, fundamentada em solo norte-americano no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

É difícil imaginar como o campo seria hoje se pessoas como Lewin, Heider, Köhler, Wertheimer, Katona, Lazarsfeld e Brunswiks não tivessem vindo aos Estados Unidos, como o fizeram (Cartwright, 1979, p. 85).

A ascensão do nazismo na Alemanha, com seu anti-intelectualismo e seu antissemitismo, resultou como se sabe na migração para América de vários professores, cientistas e artistas. Embora esse grande deslocamento de talentos intelectuais teve seus efeitos observados em todas as dimensões da ciência e da cultura, ele foi especialmente crítico para a Psicologia Social. Dessa migração forçada, surgiu o confronto entre duas perspectivas psicológicas: o behaviorismo e o gestaltismo, o primeiro baseado no positivismo e na análise do comportamento, e o segundo fundado em uma perspectiva fenomenológica e no exame da percepção.

A Psicologia Social norte-americana se tornou hegemônica depois da guerra, devido tanto à reconstrução das universidades europeias e japonesas no período pós-guerra quanto à colonização cultural das Américas nos anos que antecederam a crise da Psicologia Social, nos anos 70.

Nosso próximo ponto de parada na história da Psicologia Social no Brasil irá (re)contar a crise e repúdio dos psicólogos ao modelo estadunidense de se desenvolver e compreender a Psicologia Social que foi sociedade recomendado aos países latino-americanos.

A psicologia, ao longo de sua história, apresenta uma variedade de objetos e métodos: os diversos projetos teóricos e metodológicos como o behaviorismo, a gestalt e a psicanálise marcariam a sua constituição diversa. A ausência de um consenso na psicologia nos aponta, portanto, uma dificuldade no uso do conceito de paradigma para pensar acerca do saber psicológico.

A teoria das representações sociais fundamenta a análise do conjunto de saberes que circulam em nossa sociedade, constituindo focos principais de construção social de identidades. Essa teoria será recuperada nos estudos latino-americanos em Psicologia social em seu embate teórico contra as perspectivas psicológicas hegemônicas.

Na América Latina, a Psicologia Social reproduzia os conhecimentos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa. Tal modelo buscava padronizar “leis universais” que regem o comportamento dos indivíduos e impedia que se pleiteassem teorias que atendessem as questões sociais que emergiam nos países latino-americanos. Outra crítica significativa às formulações positivistas do modelo de Psicologia Social estadunidense referia-se a constatação de que não há neutralidade na formulação de conhecimentos vinculados ao campo social, dito melhor, até mesmo o pesquisador é parte do fenômeno analisado.

Instaura-se, assim, a crise da Psicologia Social na América Latina após serem realizadas denúncias feitas por psicólogos latinos - contra o modelo estadunidense imposto aos países latinos - no Congresso de Psicologia Interamericana realizado em Miami no ano de 1976.

No ano seguinte (1979) ocorreu em Lima, no Peru, outro Congresso já com expressivas mudanças, ou seja, as críticas à Psicologia Social estadunidense foram mais precisas e buscavam uma redefinição da Psicologia Social. Neste mesmo Congresso foi discutida a criação da Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO), que tinha por objetivo promover o intercâmbio entre os psicólogos sociais latino-americanos, sendo o primeiro presidente da ALAPSO o professor Aroldo Rodrigues.

No início dos anos 70 acumulávamos uma década de reconhecimento do curso de psicologia em nosso país, no entanto, a psicologia já se deparava com questionamentos a respeito da sua cientificidade, do seu direito à existência e do seu pertencimento ao campo das ciências naturais ou ao campo das ciências humanas.

Foi considerado como crise o momento de reflexão que a psicologia começou a viver nos fins dos anos 60 e início dos anos 70. Psicólogos e pesquisadores da psicologia “clamavam” pela necessidade de uma interrupção que se apresentava no contexto de atuação profissional, ou seja, o questionamento sobre "onde estamos e para onde devemos ir" passou a mobilizar a psicologia como um todo. Seria a grande guinada no campo da psicologia enquanto ciência e profissão: a ideia de crise deixava em voga a possibilidade de se repensar na substituição de um paradigma por outro - no entanto, esta passagem não significa a resolução automática dos problemas do paradigma anterior, além do mais, havia-se a chance de serem estudadas novas maneiras de pensar os problemas e novos questionamentos que se apresentavam no cenário nacional.

Embora a crise da Psicologia Social no Brasil possa ser compreendida como o período de busca de novas teorias que fundamentassem a práxis social do psicólogo, não se pode deixar de considerar a continuidade da influência exercida pelo modelo estadunidense de Psicologia Social no Brasil.

O professor Aroldo Rodrigues foi um dos principais divulgadores desta psicologia entre anos 70 e 80. Foi professor do programa de pós-graduação da PUC-RJ e constituiu-se como referência para Psicologia Social no Rio de Janeiro, porém, suas ideias e metodologias tornaram-se alvo de críticas por parte dos psicólogos sociais cariocas e brasileiros.

No Brasil, nesse mesmo período histórico, Silvia Lane (1984) já apontava para a necessidade de se buscar caminhos próprios para a psicologia social em nosso país, que atendessem a nossa realidade cultural, social e política. Defendia uma posição diferente da sustentada por Aroldo Rodrigues. Se para Aroldo Rodrigues a Psicologia Social era uma ciência básica que permitiria a solução de problemas, para Lane, tal concepção poderia transformar o psicólogo em agente de adaptação.

Diante da oposição das ideias postuladas na época, Silvia Lane juntamente com seus orientandos da PUC-SP, inaugura a “Escola de São Paulo de Psicologia Social”, cujo principal foco e diretriz era cumprir o importante papel de empreender a crítica aos tradicionais modelos norte-americano e europeu de Psicologia Social. A criação desta Escola de Psicologia Social marcou história por ser considerada como o início das discussões nos anos 1980 a respeito do compromisso da psicologia com a transformação social. É produto das discussões geradas em torno da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) e da Associação Latino Americana de Psicologia Social, que instauravam inúmeras críticas, e que culminou na criação de associações nacionais de psicologia social, bem como em revisões de seus conceitos fundamentais – por exemplo a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) no Brasil.

Havia na perspectiva norte-americana de Psicologia Social – reproduzida também no Brasil e na América Latina, como já citado anteriormente – a ideia de que não se deveriam formular teorias gerais dos fenômenos psicológicos, visto que o acúmulo dos dados das diversas pesquisas experimentais é que permitiria alguma generalização. É ainda nos anos 1960 que Silvia Lane e Alberto Andery iniciam trabalhos na periferia de São Paulo junto a seus alunos da PUC-SP.

Foram anos em que as manifestações populares e as reivindicações políticas, por condições de vida mais dignas e justas, estiveram presentes na maioria das metrópoles do hemisfério sul. Problemas sociais tão recorrentes hoje em nossos noticiários, já campeavam soltos nos anos 60 e 70, e as cruéis condições de vida da população, ligadas à falta de saúde, ao desemprego, à precariedade da educação e

à falta de moradia, compeliavam massas populares para as ruas e avenidas em busca de alternativas para a sua sobrevivência (FREITAS, 2001, p. 58).

Silvia Lane começou a lecionar na PUC-SP no ano de 1965, e dizia que os textos trabalhados eram norte-americanos ou franceses, sendo a única exceção um livro de Otto Klinenberg, em português. Aos alunos da graduação Lane propunha que fossem a campo realizar trabalhos e pesquisas, e esperava com isso uma revisão crítica dos conceitos e teorias da psicologia; entretanto, antes de fazer a crítica aos conceitos e categorias da Psicologia Social, os alunos tentavam inserir aquilo que viam no campo dentro das teorias que conheciam.

Pouco menos de dois anos após a regulamentação da profissão de psicólogo, o Brasil mergulhou em mais um longo período ditatorial, de exceção no plano político e de escuridão no plano cultural. O ano de 1985 – que é a nossa referência pela criação do periódico *Psicologia: Teoria e Pesquisa* exatamente na Universidade de Brasília, uma das instituições mais brutalmente atingidas pela violência política e policial, como muito bem testemunha Darcy Ribeiro é igualmente o marco do final do ciclo autocrático-burguês, incapaz de se reproduzir e de enfrentar a crise econômica e social do terceiro e último período. A busca por novas bases de legitimação política, esgotados os efeitos do momento de milagre econômico, estabeleceu condições para a reorganização de diversos segmentos da sociedade civil, dentre os quais, os intelectuais. É no processo de resistência contra o regime autocrático-burguês que o campo profissional também se politiza – e sobrevém um período de intensa mobilização e discussão dos rumos das diversas categorias profissionais.

A transição democrática que se inicia no final do ciclo autocrático-burguês, ainda que transacionada "superficialmente", é marcada por uma intensa mobilização popular, cujo momento emblemático é o movimento das Diretas Já. Esse processo de redefinição das regras políticas na busca do estabelecimento do Estado democrático de direito ganha materialidade a partir de 1985, período conhecido como o da Nova República, com a tarefa atribuída ao Congresso Nacional Constituinte de elaborar uma nova carta constitucional. Ainda que não fosse conduzida por uma Assembléia Nacional livre e soberana, pleito dos movimentos sociais, a Constituinte passa a ser palco de acirradas disputas políticas e esperança de mudanças para amplas camadas da sociedade brasileira. O texto constitucional resultante, a chamada Constituição Cidadã, resultado da intensa mobilização popular e do embate político-

ideológico que marca a agenda política dos anos 1980, mescla avanços significativos no campo social com a manutenção de traços conservadores.

A questão crucial é a diferença dos contextos sociais nos quais a agenda neoliberal se implantou nos países industrializados e daqueles ditos emergentes. Os 48 anos de regulamentação retratam a Psicologia como uma profissão ainda em busca de uma maior inserção social e representatividade política. Instituiu-se como um campo do saber e uma prática predominantemente conservadora, direcionando-se, tardiamente, para a construção e/ou efetivação de um projeto de transformação social. Na história da conformação da profissão no Brasil, constata-se que, em muitos momentos, os conhecimentos psicológicos foram utilizados para o controle, a segmentação e a diferenciação, de forma a contribuir para a manutenção e incremento do lucro necessário à reprodução do capital.

Devemos construir constantemente leituras e fazeres ou simplesmente práticas discursivas que sejam implicadas, implicantes e impertinentes, nas quais, linguagens sejam entendidas não como mediação entre pensamento e ação, mas como uma prática social que produz efeitos. Ao mesmo tempo, essa leitura se interessa não somente pela forma como as pessoas “pensam” ou representam o mundo ou como essas pessoas produzem sentidos em suas vidas, mas especialmente sobre as condições de possibilidades de produção de sentidos na vida cotidiana ou como devemos buscar compreender como determinadas práticas discursivas que constituem e regulam modos de ser (ou de viver) e que produzem regimes de verdade que restringem e oprimem possibilidades.

## **2.2 Metodologia de Ensino e a Disciplina de Psicologia Social na Grade Curricular do Curso de Psicologia**

Para compreendermos melhor a elaboração dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil, buscamos levantar dados documentais utilizando informações de domínio público contidas no Cadastro das Instituições de Ensino Superior do Ministério da Educação. Dos mais de 396 cursos identificados, em sua totalidade presenciais, grande parte se encontra em instituições universitárias privadas com fins lucrativos localizadas predominantemente em cidades no interior do País e na Região Sudeste do país. Em sua maioria, funcionam em turnos parciais, tendo duração de 10 semestres e carga horária de cerca de 4.000 horas. As universidades adotam o regime letivo semestral e é possível evidenciar uma enorme, rápida e desordenada expansão dos cursos de graduação, especialmente a partir da década de 1990.

Inicialmente, iremos efetuar uma breve revisão da história do ensino na área e uma reflexão sobre a qualidade da formação inicial ofertada aos psicólogos brasileiros.

Retomar o passado do ensino de Psicologia e estabelecer um panorama da formação inicial ofertada aos psicólogos brasileiros na atualidade permitiram formular alguns apontamentos para o futuro dos cursos de graduação na área.

No Brasil, o ensino de Psicologia - enquanto disciplina autônoma - teve início na segunda metade do século XIX. Assim, no início do século XIX, a Psicologia é ensinada na Faculdade de Direito de São Paulo como parte de uma mais abrangente ciência do homem, cujo fundamento está na fisiologia (ou física da natureza humana). Já nos Seminários Episcopais e nas escolas de formação religiosa, a Psicologia aparece seja como disciplina especulativa, seja como conhecimento prático do comportamento humano no âmbito da teologia moral. A situação começa a mudar com o surgimento, ainda na segunda metade do século XIX, das escolas normais e instituições.

Massimi (1990, p. 36) retrata esse período como o momento de “formar um corpo docente competente e adequado às necessidades do sistema educacional brasileiro.” Isso significa que seus alunos eram instruídos a partir de uma metodologia científica de ensino, inspirada nos modelos europeus e norte-americanos. Com as escolas normais, inicia-se a era normalista, que, segundo Cabral (2004, p. 49), “precedeu a era universitária no ensino da Psicologia”.

Como visto anteriormente, é na década de 50 que ocorreram dados importantes passos rumo à regulamentação da formação e da atuação profissional do psicólogo. Apesar da falta de regulamentação do ensino e da prática, ainda em 1953, inicia-se o primeiro curso superior autônomo de Psicologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em 1962, com a famosa Lei nº 4119, finalmente a profissão e o curso de formação são oficialmente regulamentados. No mesmo ano, o Conselho Federal de Educação (CFE) emite o parecer nº 403/62, fixando o currículo mínimo e a duração dos cursos de Psicologia. Esse documento compreende a formação em três níveis, cada qual com uma duração e um foco: bacharelado (4 anos), centrado na formação do pesquisador; licenciatura (4 anos), voltado para a formação do professor de Psicologia e formação do psicólogo (5 anos), dirigido à formação profissional. A seguir, em 1966, é criado, também na

PUC/RJ, o primeiro curso de mestrado em Psicologia no Brasil (YAMAMOTO, 2006, p. 43).

A partir desta regulamentação, que podemos evidenciar o primeiro “divisor de águas” nos cursos de Psicologia.

Bernardes (2004, p. 53) afirma que “o período que se estende de 1960 a 1979 é marcado pela enorme presença do Estado na sociedade, bem como pela desmobilização e pelo silêncio das entidades em Psicologia”, o que, segundo ele, reforça o argumento defendido por Coimbra (em 1995) sobre a relação entre essas entidades e a ditadura. Esse é também o período identificado com o início da privatização do ensino, visto que o governo militar, por meio da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), apela ao setor privado para a resolução da chamada ‘crise universitária.

Já na década de 80, Rocha Junior (1999, p. 5) identifica tal momento como “um período de certa calma e passividade, assistindo-se a pequenas mudanças, quase ajustes individuais de currículos sem qualquer expressão regional ou nacional”. Outro pesquisador a se pronunciar a respeito deste período foi Bastos (*apud* por Souza, 2005) que define “os anos 80 como uma fase diagnóstica, no sentido de que os profissionais se interessaram em gerar dados e informações sobre o que acontecia na profissão e na formação”. Fruto desse processo é a publicação do livro *Quem é o Psicólogo Brasileiro?* Publicado pelo Conselho Federal de Psicologia em 1988, que revela o primeiro grande diagnóstico da profissão e da formação do psicólogo no País.

A década de 90 é notada com uma intensa mobilização das entidades profissionais, com destaque para o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, no sentido de debater e concretizar mudanças relativas à formação. Em 1994, são publicados, respectivamente, os importantes livros: *Psicólogo Brasileiro: Construção de Novos Espaços* e *Psicólogo Brasileiro: Práticas Emergentes e Desafios para a Formação*.

Somente no ano de 1996 que é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96), o Ministério da Educação (MEC) institui a Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia. Esta Lei tem como principal objetivo criar um projeto de diretrizes curriculares, em substituição ao antigo currículo mínimo.

As Diretrizes configuram um avanço na medida em que “o currículo não é mais pensado a partir de conteúdos fundamentais que devem ser assimilados para posterior aplicação. A preocupação com conteúdos

dá lugar a uma preocupação no desenvolvimento de competências e habilidades durante a formação (FERREIRA NETO, pg. 157, 2004).

Outro marco da atualidade é a criação, em 1998, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), que tem como base fundamentadora ser uma entidade de âmbito nacional com sua natureza institucional voltada para a reflexão, o desenvolvimento e o aprimoramento da formação em Psicologia no Brasil, buscando adequar a formação em Psicologia à realidade social do Brasil, à ética e ao exercício da cidadania. Desde sua criação, a ABEP tem encabeçado importantes discussões sobre diversos temas, dentre eles: educação à distância, reforma universitária, ensino de Psicologia no ensino médio e em outros cursos.

Durante anos a Psicologia manteve-se configurada como ciência baseada no estudo da psique humana. Nas universidades o objeto de estudo pautou-se na análise “individual” do sujeito. A grande maioria das instituições de ensino na área de Psicologia deixa em voga uma formação especificamente clínica. O referencial teórico, em geral, apresenta teorias e técnicas com ênfase clínica.

Atualmente, psicólogos observam a oportunidade de atuar na Política Pública da Assistência Social ora em seus demasiados órgãos, ora programas e projetos sociais. O trabalho multidisciplinar promove integração entre psicólogos e assistentes sociais, além do mais, novos olhares e propostas acerca da realidade social no Brasil. Assim, acredita-se que os cursos de nível superior de psicologia ainda não readequaram suas diretrizes curriculares, conteúdos que garantam na formação profissional um trabalho multidisciplinar que promova a integração entre psicólogos e assistentes sociais, além de novos olhares e propostas acerca da realidade social no Brasil quando se trata da Política da Assistência Social.

O aluno de Psicologia, durante sua graduação, necessita em sua grade curricular de - no mínimo - quatro anos de estudos acadêmicos. Nesses anos são ministradas aulas teóricas e práticas para que possua conhecimento amplo acerca da psique e da existência do ser humano. É previsto nas Diretrizes Nacionais Curriculares da graduação em Psicologia algumas disciplinas de caráter sócio comunitário, dito melhor, aulas cujo enfoque seja a sociedade e a forma como os sujeitos interagem entre si.

A inclusão do profissional da psicologia na equipe mínima dos CRAS e dos CREAS abre um campo de trabalho: o das Políticas Públicas da Assistência Social. Embora seja recente no país a inserção do psicólogo no campo das políticas públicas, tal emergência nos leva a entender a necessidade da reformulação do paradigma psicológico que embasa boa

parte da práxis profissional. Transparece a ampliação de estratégias para nova construção de saberes que acolha a complexidade do coletivo.

Fica sinalizada na maioria das falas de pesquisadores psicólogos que uma das problemáticas vivenciadas pelos profissionais da Psicologia é a confusão dicotômica na visão das configurações do que vem a ser social. Se há possibilidades de analisar implicações no campo da Psicologia no que concerne às possibilidades de estudos mais pormenorizados acerca da Política Pública da Assistência Social a serem incluídas nas Diretrizes Curriculares de graduação em Psicologia fica lançado alguns desafios para as próximas décadas, ou seja, propor ações que não operem na perspectiva da normalização, mas, sim, em acreditar na potência da interdisciplinaridade dos saberes.

### **3 A HISTÓRIA DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O aluno que visa se especializar em temas que provocam sua curiosidade certamente logo perceberá a necessidade de transitar por conceitos, teorias e hipóteses que retratam a evolução do campo que buscar conhecer. Interagir entre os estudos que o formaram bem como, temas que se mostram passíveis de novas descobertas marcam um momento histórico também para sua vida acadêmica.

Por anos, a perspectiva de um psicólogo se aventurar pelos caminhos da ‘Política Pública da Assistência Social’ era compreendido como ao de um estrangeiro que busca conhecer um novo país. Este estudo, a priori, busca desmistificar linguagens, interrupções e/ou impossibilidades do profissional da psicologia se tornar um conhecedor desta Política Pública que vive em ampla construção.

Na Nova Enciclopédia de Pesquisa Fase (1981, p. 1508) o termo *estrangeiro* é conceituado como aquele indivíduo que não conhece as leis, os costumes / ser estrangeiro em sua própria casa; não saber o que nela se passa. Assim, talvez, o psicólogo tenha se visto e/ou reconhecido dentro da Política Pública da Assistência Social, sendo aquele que vinha de outra ciência ou realidade e que desconhecia sua própria oportunidade de atuação.

A Política Pública de Assistência Social tem como objeto de estudo, prioritariamente, a centralidade e a superação das necessidades das famílias e seus membros. Assim, possui como pressuposto ações que devam prevenir, proteger, promover e garantir os direitos de cada cidadão que esteja sob o território brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 (art. 194) prevê a seguridade social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência”. Pauta-se da ideia que a cidadania envolve um mínimo bem-estar, tanto do ponto de vista econômico quanto de segurança, além da concretização dos direitos políticos, civis e sociais. Dito melhor rege-se pelo princípio da certeza e do direito à assistência social através de uma política não contributiva e de responsabilidade do Estado.

Atualmente, psicólogos observam a oportunidade de atuar na Política Pública da Assistência Social ora em seus demasiados órgãos, ora programas e projetos sociais. O trabalho interdisciplinar promove integração entre psicólogos e assistentes sociais, além do mais, novos olhares e propostas acerca da realidade social no Brasil.

Parte fundamental para este estudo da interlocução entre Serviço Social e Psicologia ‘enquadrada no enfoque social’ vale-se da curiosidade de como a Política Pública da Assistência Social se construiu até os dias atuais. Mais correto seria dizer “como chegamos até aqui”.

No livro *Legislação Brasileira para o Serviço Social*, publicado pelo Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo-SP (2004) fica declarado que:

No Brasil, as particularidades desse processo mostram que o Serviço Social como profissão se institucionalizou e se legitimou a partir dos anos 30, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e empresariado, e ainda como um suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento da questão social (CRESS, 9ª Região – Gestão 2002-2005, 2004, p. 14).

Isso retrata que o início desta classe profissional tinha como enfoque uma perspectiva de enfrentamento de situações agravantes vivenciadas na sociedade.

Vale sinalizar que, por anos, a Assistência Social foi compreendida - de maneira dissimulada – como atrelada a filantropia e benemerência no Brasil. O imaginário popular chegou a visualizá-la como sendo “irmã siamês” onde uma seria a substituta da outra. Um dos grandes obstáculos a ser desmistificados na Política Pública da Assistência Social é promover a conscientização na sociedade de que os conceitos, práticas e competências de cada uma dessas áreas – entendidas como sinônimos – são na realidade distintas.

Mestriner (2011, p. 14) aponta que a “filantropia” constitui-se no sentimento, na preocupação do favorecido com o outro que nada tem, portanto, no gesto voluntarista, sem intenção de lucro, de apropriação de qualquer bem. É a preocupação de praticar o bem. Num espectro mais filosófico, a filantropia seria o ato altruístico e a comiseração que não se realiza no estatuto jurídico, mas, sim, no caráter da relação.

Já a “benemerência” vai se valer na ação da bondade, do dom baseada e concretizada pela ajuda dirigida ao outro. Esta ajuda pode ser através de meios tangíveis (esmolas), como também, intangíveis (auxílio moral).

Na história do Brasil observamos que a nobreza criou o “esmoler” como estratégia para recolher benefícios daqueles que possuíam melhores condições financeiras, além do mais, estabeleceram os “vinteneiros” que eram responsáveis por verificar quais as necessidades que existiam naquele território e naquela época.

A primeira e mais duradoura instituição de assistência criada em vários pontos do país – oriunda de Lisboa e pautada no modelo da esmola – foi a Irmandade da Misericórdia que concedia dotes aos órfãos e caixões para enterros dos pobres. Esta instituição instalou-se na cidade de São Paulo, em meados de 1560, com uma pequena enfermaria que, ao mesmo tempo, era albergue e hospital fornecendo alimentação, abrigo e enfermagem a escravos e homens livres no Brasil. A ajuda era pequena e destinada a poucos, sendo a irmandade mais importante aos seus integrantes do que à população demandatária.

Seguindo os mesmos moldes da Irmandade da Misericórdia foram fundados, também em São Paulo, a Venerável Ordem de Nossa Senhora do Carmo (em 1594), o Convento de São Bento (em 1598), a Ordem dos Frades Menores Franciscanos (1640) e o Recolhimento Santa Tereza (em 1685). Ambos tinham como objetivo ofertar refeição aos pobres, órfãos, enfermos, doentes mentais e delinquentes ajuda material, apoio espiritual e abrigo.

A Santa Casa de Misericórdia tornou-se expressiva dentre às instituições de ordem religiosa que desempenhavam ação social no cenário nacional. Instalou-se, inicialmente, na cidade de São Paulo e possuía serviços ambulatoriais e hospitalares estabelecendo serviços como o “lazareto”, o hospital para hansenianos (em 1802), a roda dos enjeitados ou dos expostos (em 1825) sistema que vigorou até 1927, sendo apenas extinto após a criação do Código de Menores.

Criados com preocupação caritativa e beneficente, as obras pias, localizadas junto a conventos e igrejas católicas, ampliaram-se de forma acelerada nos séculos seguintes. Inicialmente procuram apenas

abrigar necessitados, sem separá-los e classifica-los, medida posterior que vai confundir assistência e repressão. Em virtude da superlotação constante, organizam e reorganizam espaços institucionais, e na segunda metade do século XIX são a base para a assistência higienista, desenvolvida em aliança com a medicina social, visando prevenir a sociedade de doenças contagiosas (MESTRINER, 2011, p. 41).

Com o fim do trabalho escravo e a introdução do trabalho assalariado livre iniciam-se os princípios do liberalismo, em contrapartida, exacerba-se a constituição do capitalismo nas classes. Torna-se frequente a presença nas ruas de órfãos, delinquentes, escravos e até imigrantes. Diante dessa realidade, foi elaborado neste período o “Estatuto da Tutela” que buscava o funcionamento da sociedade contratual e possibilitava estender controle político sobre aqueles que perturbavam a ordem social.

Ao final do século XIX e início do XX, inúmeros imigrantes chegavam à cidade de São Paulo e tal mudança promoveu na Medicina Higiênica extrema atenção. Iniciam-se, então, inspeções a este público na Hospedaria do Imigrante – em 1888. Esta hospedaria foi criada por fazendeiros paulistas e mantida pela Sociedade Protetora da Imigração, em acordo com a Irmandade de Misericórdia, com intuito de manter em quarentena e “vacinados” os recém-chegados no Brasil. Este espaço existe até hoje na cidade de São Paulo e é mantido como memória de tal período histórico.

Várias sociedades de socorros mútuos – com fins médico-beneficente – são fundadas na mesma época. No entanto, é a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo (de 1859) que assume marco de mutualismo e aliança médico-social na capital. Esse momento histórico é visto como o período da “ajuda mútua”, da base da solidariedade étnica e do comprometimento das organizações sociais.

Com a Primeira República cresce o número de sociedades de auxílio mútuo a imigração e começam a surgir às associações de auxílio mútuo entre categorias profissionais – Associação de Socorros Mútuos dos Policiais Militares de São Paulo, em 1919; Centro Ideal Ferroviário, em 1927. A partir daí, juntamente com as instituições de raiz caritativa e mutualista, surgem novos conjuntos de organizações, incentivados pelo Estado e pela Igreja Católica, porém não distantes do universo de filantropia permeado durante a história do Brasil. É indubitável que vai se formando um quadro tipológico de organizações sociais cujo modelo político ainda baseia-se na filantropia, solidariedade e assistência.

Em meados de 1940, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) iniciam-se as ações voltadas à população “carente”. Nesse período ainda não há uma concepção de ser “Dever do Estado” garantir e/ou promover acesso aos direitos dos cidadãos. Há na verdade, a percepção do cidadão que a Assistência Social é promotora de “ajuda, apoio frente às carências” introjetados no imaginário social da população.

Nesse momento, selam-se as relações entre o Estado e os segmentos da elite: homens (e senhoras) bons, como no hábito colonial e do império, vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções a organizações da sociedade civil. São nomeados, portanto, os primeiros conselheiros pessoas de expressão na área social (MESTRINER, 2011, p. 58).

De 1940 a 1987 ocorreu a criação de entidades assistenciais responsáveis em “dar conta” da caridade e da filantropia. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) trabalhava na perspectiva do “favor”. Não denotava uma característica de compromisso com o direito sendo estabelecida no âmbito da “ajuda”, sem comprometimento de assegurar acesso aos direitos.

Tal caráter histórico retrata inexistência de marcos que regularizem critérios, normas e/ou padrões visando uma política de proteção social.

A divisão histórica entre uma política do “favor” para uma política dos “direitos” ocorre quando é promulgada em 5 de outubro de 1988a Constituição Federal do Brasil. Chegamos até ali com uma herança filantrópica e, não, como uma história de construção e resguardar de direitos. Com muita dificuldade foi construída uma Política de Direitos, na tentativa de não mais nos utilizarmos de favores e caridade, mas sim de garantias.

Fica declarado na Constituição Federal de 1988 no Art. 6º que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Ou seja, é criada uma Constituição, defensora dos valores democráticos. Este marco histórico assegurou diversas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior

efetividade aos direitos fundamentais. Passados sete anos de promulgação da Constituição ainda se percebia interferência e força da LBA no cenário brasileiro.

Em 1990, período marcado como a “década dos direitos”, A PUC-MG realizou o primeiro debate sobre a Proteção Social no Brasil. Inicia-se, portanto, um olhar mais aguçado e preocupado com a importância de se criar uma Política Pública da Assistência Social.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) elaborada em 1993 começa a traçar os primeiros passos para a construção desta Política Pública. Nela a Assistência Social passa a integrar, juntamente com a Saúde e a Previdência, a Política de Seguridade Social. É criado, também, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão de Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

A 1ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 1995, conta com uma participação maciça dos profissionais de Serviço Social. Os debates retrataram o interesse de propor mudanças tanto das atuações destes profissionais quanto da realidade social não lecionada nas universidades – ainda é evidenciada uma metodologia de ensino que priorizava a benesse, a caridade e a filantropia.

No art. 1º. da LOAS fica declarado:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Em 1995 acontece em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social com ampla participação da sociedade, desta forma, a Política de Assistência ganha seus primeiros contornos como direito e não como favor. A partir de 1996 é implantado o Benefício da Prestação Continuada (BPC) para idosos e portadores de deficiência, além do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). A gestão da Secretária Lúcia Wânia teve o mérito fundamental de estruturar o processo de descentralização, que começou pela estadualização, por fim, municipalização das ações. Além de conduzir no Conselho Nacional de Assistência Social a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a aprovação na Norma Operacional Básica (NOB). A gestão da política de assistência social tem como base o pacto federativo, através do qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis

de governo na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS e NOBs, a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestora Tripartite/CIT e Bipartites/CIBs), que são espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da política.

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS de 2004) e Norma Operacional Básica (NOB/2005), instituiu-se o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a política alcança avanços expressivos que marcaram sua implementação. A NOB/2005 definiu e normatizou conteúdos do pacto federativo, restabelecendo de forma unitária, hierarquizada e complementar as competências dos entes federados na gestão do financiamento e execução da Assistência Social.

O objetivo central era levantar quais seriam às necessidades de cada município. Cria-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tornando-se assim possível elencar ações fundamentais para a promoção de uma política de Proteção Social. Com a NOB/SUAS (2005) são apresentadas as diretrizes e normas operacionais básicas para todos os trabalhadores da Política Pública de Assistência Social.

Na evolução histórica da construção de uma política centrada na Proteção Social observamos que garantir direitos às famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidades torna-se Dever do Estado. Mas, apenas em 2011 que o projeto de Lei do SUAS é sancionado. Uma história de debates, estudos e lutas é a imagem da construção de uma Política Pública a ser, ainda, escrita no cenário brasileiro. O SUAS se propõe como instrumento para a unificação das ações da Assistência Social, em nível nacional, ratificando o caráter de política pública de garantia de direitos e destituindo o histórico assistencialista.

Os desafios para a atuação profissional dos psicólogos na Política de Assistência Social, o sistema de Conselhos de Psicologia – por meio da constituição do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) – vem especialmente nos últimos seis anos consolidando um patamar de prioridade no processo de reconhecer, formular e orientar as práticas profissionais da Psicologia desenvolvidas nos diferentes campos das políticas públicas.

A implementação do SUAS retrata o comprometimento de construir e fortalecer o compromisso social dos psicólogos intensificando iniciativas na busca de maior impacto e efetividade de resultados, a partir de, políticas integradas e intersetoriais que deixem em voga a promoção dos direitos humanos.

Cruz & Guareschi (pg. 13, 2013) alegam que “na trajetória das políticas públicas no Brasil considera-se que a priorização da família, desde a Constituição Federal de 1988, até a atual implantação do SUAS é colocada como diretriz das políticas de atendimento”. A integração entre os serviços de atendimento onde assistentes sociais e psicólogos passam a complementar suas ações escreve, neste momento, um recorte histórico impulsionando toda uma prática da psicologia neste campo. A partir do SUAS que se torna previsto nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) o profissional de psicologia começa a compor a equipe mínima de profissionais.

Uma das formas de efetivação e implementação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) configura-se como diretriz do SUAS. Tal serviço tem caráter contínuo de proteção social básica desenvolvido nos Centros Regionais de Assistência Social. O PAIF visa promover o acompanhamento de famílias em determinada região (territorialização) e potencializar a família como uma unidade de referência, ou seja, contribuir para o fortalecimento de vínculos internos e externos de solidariedade e buscar o processo de autonomia e emancipação dessas famílias.

A Assistência Social agrega uma nova condição e concepção à assistência, isto é, diante das inúmeras situações supõe a transferência de algo ao interessado que, por si só, não pode resolver sua deficiência de conhecimento, de razão, de condição financeira e de condição física-social. Além de delimitar a ação a um campo – o social – institucionaliza e regulamenta as práticas imprimindo racionalidade e conhecimento. Busca compreender um conjunto de ações e atividades desenvolvida nas áreas pública e privada, cujo objetivo é o de suprir, sanar e/ou prevenir deficiências e necessidades dos indivíduos ou grupos referentes à sua sobrevivência, convivência e autonomia social.

Longe, portanto, de assumir o formato de política social, a assistência social desenrolou-se ao longo de décadas, como doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais (MESTRINER, 2011, p. 16).

Ao longo da história da construção da Política Pública da Assistência Social é possível observar que esta área vai se estruturando frente às relações com a sociedade civil e no interior do Estado. Vislumbra passíveis reformulações na busca pela quebra de paradigmas e dos sistemas ideológicos, das quais, priorizam a luta pela garantia dos direitos ao invés da benesse.

A reforma de Estado e da administração pública vai ter impacto sobre as políticas sociais, reduzindo significativamente o já precário aparato social, não só extinguindo, mas desestatizando organismos públicos (como hospitais, universidades, centros de pesquisa), numa flagrante transferência de responsabilidade para a sociedade civil e num descaso com o aprofundamento da pobreza e exclusão social. A assistência social, que já era a parte frágil, vive situações inéditas ao ter que se afirmar como política pública num Estado em que o público passa a significar parceria com o privado. Será uma reforma voltada para o tamanho do Estado, ou seja, para a “quantidade”, e não para a sua “qualidade”, seu fortalecimento (MESTRINER, 2011, p. 28).

Isto significa que a assistência social, embora tenha ingressado na agenda do Estado, ainda tende a permanecer de forma dúbia, dito melhor, mais reconhecendo o conjunto das iniciativas organizadas da sociedade civil do que reconhecendo como de responsabilidade pública e estatal as necessidades da população atendida por tais iniciativas. O trajeto de lutas para a consolidação da Política Pública da Assistência Social foi longo, mas ainda existem passos maiores a serem conquistados na luta pela construção desta Política em plena evolução.

### **3.1 A Política Nacional de Assistência Social: uma reconstrução da Assistência Social como Política Pública no Brasil**

O histórico da Assistência Social no Brasil é longo e pautado na caridade, no favoritismo, nas relações clientelistas e na filantropia. Nesse histórico evidencia-se a priorização do assistencialismo em detrimento do direito, onde as ações saem do âmbito do Estado sendo referenciadas nas questões morais e na vida privada. Dessa forma, o

clientelismo reafirma no campo da Assistência Social a fragilização da ideia do direito enfatizando o favor.

A década de 1980 é um importante marco histórico para Assistência Social, visto que com a promulgação da Constituição Federal em 1988 a Assistência Social é instituída enquanto uma Política Social Pública não contributiva, direcionada para quem dela necessitar, isto é, destinada àqueles que não possuem meios suficientes de satisfazer suas necessidades. As Políticas Sociais são aqui compreendidas como políticas de fato públicas que devem assegurar aos cidadãos as proteções necessárias para que sejam alcançadas condições dignas de vida, de acordo com o parâmetro do país. No entanto, falar de Política Pública Social é mais complexo do que se imagina, considerando o debate que existe em torno dela. As contradições da sociedade capitalista estão na base do surgimento das Políticas Sociais, o que traz para as mesmas contradições inerentes à sua origem.

A Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem. (YAZBEK, 2008, p. 82).

É importante destacar que historicamente, as Políticas Públicas foram criadas em um contexto do capital para atender a pressões da classe subalterna obtendo consenso entre as classes sociais existentes e que seus limites são estabelecidos dentro da ordem capitalista de produção, dito melhor, o Estado com a perspectiva de atender somente as reivindicações aceitáveis aos limites do capital e para aqueles que estão no poder. Dentro do modelo de política pública existente no Brasil, o Estado, longe de garantir o bem estar social, sempre teve funções econômicas e sociais restritas deixando as demandas da classe trabalhadora disponível ao livre jogo do mercado.

Com a regulamentação da Constituição Federal de 1988, conquista adquirida no campo da política social, a sociedade civil – enfim – começa a galgar seus primeiros passos em busca do fortalecimento dos direitos sociais. A Seguridade Social veio criar um sistema de proteção social amplo, com perspectivas de caráter universal e com a ampliação da cidadania social. No que se refere à Assistência Social, pode-se dizer que esta política é a que mais enfrenta

dificuldades para se materializar como política pública tendo que superar características históricas como lentidão na sua regulamentação como direito frente à manutenção e reforço do caráter filantrópico e permanência de apelos e ações clientelistas.

Após Constituição Federal de 1988 ainda havia muito a se construir na formulação desta Política Pública. A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 07/12/1993) buscou superar a ideia de benemerência e clientelismo que até então ainda estava presente na Assistência Social brasileira. Esta Lei reafirmou os preceitos constitucionais, considerando a Assistência Social como Política Pública de direito de todo cidadão que dela necessitar, direcionou a assistência à extensão da cidadania e garantia de direitos sociais, inovou ao propor a necessidade de integração entre o social e o econômico, ao apontar a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais qualificados, além de propor mecanismos de descentralização político-administrativa sob o controle da sociedade, na gestão e execução das Políticas de Assistência Social. A LOAS, também, definiu os princípios, diretrizes, competências, gestão e o financiamento da Política de Assistência Social revelando grandes avanços, apesar de ter sido construída num contexto adverso à consolidação da assistência como política pública.

Yazbek (2004, p. 19) declara a implementação da LOAS estabelece uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, apontando caminhos para um processo que pretende torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. É diante deste marco histórico que se torna possível evidenciar que a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público de legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

Nesse processo de análise da evolução da Política da Assistência Social, após a implantação da LOAS, Yazbek (2004) sinaliza que sua construção enquanto direito tem sido uma difícil tarefa, ampla de processos ambíguos e paradoxais. A trajetória histórica apresenta avanços e limites que perpassam a assistência social no Brasil e nos conduz a uma reflexão de que a assistência social tanto pode constituir-se em possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e direito social dos que dela necessitarem, como pode reiterar a exclusão social dos mesmos.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS - foi aprovada na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003 é um exemplo do avanço na história da assistência social no Brasil. A PNAS foi fruto tanto de uma intensa mobilização da categoria, como da necessidade do Estado em organizar a Assistência Social no contexto do neoliberalismo. Foi criada com o objetivo de organizar o processo de descentralização da assistência social entre

os três níveis de governo e de promover a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais.

A PNAS tem como centralidade as ações voltadas para as famílias, baseando-se em ações de prevenção, proteção, promoção e inserção social. Assim, objetiva garantir os mínimos sociais que foram estabelecidos pela mais recente carta constituinte e fortalecer os princípios amplos, democráticos e de direitos contidos na mesma.

Após a realização em 2003 da IV Conferência Nacional de Assistência Social deliberou-se pela reorganização da Assistência Social e para tanto o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS elaborou a Política Nacional de Assistência Social em 2004, a fim de dar efetividade às determinações da LOAS. A PNAS/2004 define as bases para o novo modelo de gestão da política pública de Assistência Social através da instituição do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Estabelece o modelo descentralizado e participativo e tem por objetivo a regulamentação e organização das ações socioassistenciais em todo o território nacional.

A gestão do SUAS fomenta eixos estruturantes definidos pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, debatida e aprovada em 2005. A NOB/SUAS normatiza e padroniza a implantação do SUAS em todo o território nacional.

Precedência da gestão pública da política em detrimento da privada; alcance de direitos sócio-assistenciais pelos usuários; o trabalho com famílias como princípio matricial; territorialização como base de organização do sistema, em que a oferta de serviços é baseada na lógica de proximidade do cidadão e na localização dos serviços nos territórios com maior índice de vulnerabilidade e risco social para a população; descentralização político - administrativa para os entes do governo; financiamento partilhado entre os entes federados; fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; valorização da presença do controle social; qualificação dos recursos humanos; informação, monitoramento, avaliação e sistematização dos resultados (CNAS, 2005).

De acordo com a PNAS/2004 embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada

vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. No contexto, a matricialidade sócio familiar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. Isto é revelado na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da Política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da Política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos.

A Política Nacional de Assistência Social que institui o SUAS, também, define dois patamares de proteção social: a básica e a especial, de modo a garantir a segurança de sobrevivência e de acolhida e convívio ou vivência familiar dos sujeitos.

A proteção social básica é de responsabilidade dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e de outras unidades básicas e públicas. Os serviços de proteção básica têm a família como unidade de referência e ofertam um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, além da promoção de sua integração ao mercado de trabalho. O CRAS, portanto, trata-se de uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dada sua divisão em território se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, isto é, uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de Assistência Social.

Já a proteção social especial é subdividida em dois níveis de complexidade, sendo a média complexidade representada pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Ambas são direcionadas para o atendimento às famílias e indivíduos em situação de direitos violados. O que diferencia os níveis de complexidade é a existência ou não de vínculos familiares e ou comunitários, sendo que quando há rompimento dos laços familiares e/ou comunitários configura-se a alta complexidade e, quando há apenas uma ameaça de rompimento configura-se a média complexidade. O CREAS configura-se em uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social especial de média complexidade do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios.

Tanto CRAS quanto CREAS deverão possuir uma equipe mínima que se constitui por técnicos de nível médio e técnicos de nível superior, sendo um assistente social e outro

preferencialmente um psicólogo; as equipes devem contar sempre com um coordenador com nível superior. Vale dizer que a composição da equipe de referência dessas instituições depende ou varia de acordo com o número de famílias referenciadas e de acordo com o tamanho e porte do município.

A grosso modo, compreende-se que o SUAS configura-se como uma possibilidade concreta de romper com a histórica cultura assistencialista brasileira marcada por ações caritativas. Tal potencialidade está presente no caráter de materialização e organização que o SUAS traz para a atual Política de Assistência Social, fazendo com que a mesma tenha ares de um novo projeto existencial.

A Assistência Social no Brasil tem um longo percurso e ganhou na atualidade um novo formato após a elaboração do SUAS. É inegável que com a construção do SUAS se constituiu um avanço incomensurável para Política Pública da Assistência Social se considerarmos que esta é fundamental para a consolidação dos direitos sociais.

#### **4 INTERDISCIPLINARIDADE: UMA INTERLOCUÇÃO DA PSICOLOGIA COM O SERVIÇO SOCIAL**

Os atuais desafios para a atuação profissional do psicólogo na Política de Assistência Social vêm especialmente nos últimos anos consolidando um patamar de prioridade no processo de reconhecer, formular e orientar as práticas profissionais da Psicologia desenvolvidas nos diferentes campos das políticas públicas.

A implementação do SUAS retrata o comprometimento de construir e fortalecer o compromisso social dos psicólogos intensificando iniciativas na busca de maior impacto e efetividade de resultados, a partir de, políticas integradas e intersetoriais que deixem em voga a promoção dos direitos humanos. A inclusão do profissional da psicologia nas equipes mínimas dos CRAS e CREAS abre um novo campo de trabalho: o das Políticas Públicas da Assistência Social.

A primeira configuração do social está vinculada ao campo social assistencial: intervenções que visam a proteção e integração de indivíduos carentes pertencente a um mesmo território e que são incapazes de trabalhar. Enquanto *evidência*, ou seja, quando outras

peças (e instituições) ajudavam e davam conta dos *necessitados*, não havia problema. Passa a ser um *problema* quando tais soluções são insuficientes e algum campo do conhecimento toma a questão como seu objeto de estudo. É nesse momento que o campo social assistencial configura-se como um objeto de estudo para a Psicologia Social (CRUZ & GUARESCHI, 2012, p. 18).

Fica revelado, então, que o antigo assistencialismo parece estar atrelado à psicologia, muito antes mesmo, de ser falado em políticas públicas sociais. Se pensarmos, mais criticamente, o imaginário social que permeava nas pessoas quanto à ideia de “ajudar os necessitados” antecede ao próprio ingresso e/ou desenvolvimento da Psicologia no Brasil.

A Política Pública da Assistência Social é um campo de forças em luta, onde discursos, práticas, saberes ora são produzidos, ora entram em confronto, porém – de certo modo – fomenta inúmeras possibilidades. Nesse sentido, a trajetória não é linear, não é natural, mas, sim, construída à medida que indaga sobre as condições que permitem ao homem refletir sobre o que faz.

Uma observação a ser feita no que se refere ao trabalho da Assistência Social é que os modelos de atuação, independente da categoria profissional, ainda estão em construção. Até a construção do SUAS não havia nenhuma sistematização anterior que pudesse servir como diretriz para a construção seja dos perfis profissionais, seja dos modelos de trabalho.

Embora o psicólogo tenha assumido a possibilidade de obter lugar na Política Pública de Assistência Social, este fenômeno é muito recente. Não existem registros consistentes de sua trajetória neste campo, fato que dificulta contextualizar um “marco de entrada” deste profissional.

Os espaços de trabalho do psicólogo no Suas dividem-se da mesma forma que o sistema: proteção social básica e especial. A proteção social básica tem como foco as famílias cujos membros estão em situação de vulnerabilidade social. Nesse nível são priorizadas as famílias inseridas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), as beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (CNAS, 2005).

O que não fica claro e nem definido é se os psicólogos, enquanto trabalhadores do SUAS, possuem conhecimentos, habilidades e/ou competências em sua formação para operacionalizar esta Política Pública de Assistência Social. O maior desafio, da psicologia, ainda é romper o olhar de sua classe profissional quanto aos padrões clientelistas que, por anos, marcaram as políticas sociais brasileiras, além do mais, repensar ações articuladas juntamente com o Serviço Social.

Diante desta variável, em 2007, os conselhos de representação da Psicologia e do Serviço Social publicaram o documento “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na política de Assistência Social”. Desde então, o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), órgão vinculado ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem buscando identificar as práticas realizadas pelos psicólogos nas políticas públicas, no intuito, de discutir o que vem sendo preconizado para este campo de atuação, como também, criar parâmetros de atuação para o psicólogo.

Mas será que estes Conselhos que regulamentam e regem a Psicologia também estão preocupados com as diretrizes curriculares de graduação em Psicologia no que se refere ao formar profissionais aptos para atuar no campo da Política Pública da Assistência Social?

As informações que são divulgadas tanto pelos meios virtuais quanto documentais revelam que existe uma diretriz nacional de ensino em Psicologia que as universidades devem ter como referência, porém estas instituições de ensino superior contam com a autonomia para ministrar ou não a disciplina de Política Pública – com enfoque na Assistência Social – durante graduação.

Outro ponto importante a ser ressaltado, no tange a Psicologia, é o fato de que os psicólogos ainda conhecem pouco os meandros da Política Pública da Assistência Social. Pesquisas realizadas em vários estados brasileiros (OLIVEIRA,2003) revelam que os profissionais da psicologia se mantêm presos aos conceitos mais tradicionais da ciência psicológica e não se envolvem nas questões referentes à realidade do público alvo da política.

Esse imbróglio no que respeita à definição de uma identidade profissional permeia com frequência o trabalho na Assistência Social, especialmente na proteção social básica. Nesse nível, não há atribuição de ações claras para cada categoria profissional, então, as atividades são distribuídas de acordo com o que marca historicamente a evolução de profissões como a Psicologia e o Serviço Social (CRUZ & GUARESCHI, 2012, p. 44,).

Assim, os psicólogos diante das atividades que conferem uma identidade profissional diferenciada daquela do assistente social, muitas vezes, optam em permanecer com uma atuação na clínica tradicional tais como lhe foram ensinadas durante sua graduação acadêmica – psicoterapias, avaliação e aconselhamento psicológico.

Essa divisão social de trabalho acaba sendo conveniente - em muitos casos - entre essas duas classes profissionais. No entanto, se não houvesse uma “diretriz” nos documentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de que o trabalho seja interdisciplinar e que as ações sejam de competência dos trabalhadores do SUAS e não de forma segregada, talvez, essa divisão social ainda poderia ser admitida como “aceitável”.

O documento publicado pelo Crepop denominado “Referências técnicas para a atuação do psicólogo no CRAS/SUAS (CFP, 2008)” afirma categoricamente que a proteção social básica não é espaço para a prática da psicoterapia. No entanto, essa ferramenta tem sido vista por muitos psicólogos como “sinônimo” de atuação psicológica e acabam, inclusive, se sentindo ressentidos de não poderem utilizá-las nos CRAS alegando que isso os faz “se sentirem psicólogos”. Ocorre aí, um dos grandes entraves na busca pelo fortalecimento da interdisciplinaridade na Política Pública da Assistência Social.

Este documento ainda reitera que a Psicologia como prática deve se comprometer com a transformação social e tomar como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiência dos oprimidos. Triste é observar que muitos profissionais da Psicologia, ainda, não permitem adentrar na Política Pública da Assistência Social pautando-se do que esta política busca promover.

O que gera grande parte de reflexão e que não podemos nos furtar de avançar questionando é se os psicólogos que atuam na Política Pública da Assistência Social tivessem outra formação teórica, seria possível de atuarem de forma diferente, ou melhor, serem mais comprometidos em se tornar um conhecedor desta política? Por tradição histórica, a clínica, vem se deparando com questionamentos sobre sua relevância social, além do mais, surge a necessidade de se repensar novos paradigmas acerca da Psicologia enquanto ciência, formação e profissão.

Em suma, o trabalho do psicólogo, em qualquer área de atuação e/ou em conjuntura com outra ciência, exige deles não apenas um conhecimento da política ou das diretrizes que a organizam. No que tange a questão, exige um conhecimento dos aspectos que estão fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus campos do saber, bem como articular novas oportunidades, linguagens e reformulações de seus referenciais teóricos e técnicos.

## **5 CAMINHAR ENTRE FRONTEIRAS: ANÁLISE DOS DADOS**

A atual pesquisa pautou-se em proposições acerca da hipótese de que os alunos e profissionais da psicologia possivelmente não contam com diretriz curricular de ensino mínimo acerca do que vem a ser a Política de Assistência Social.

Diante deste possível indicador todo ciclo desta pesquisa buscou através da realização de entrevistas (instrumento de coleta de dados) elencar, compreender e interpretar requisitos acadêmicos trabalhados durante a formação do psicólogo para atuar no campo social.

As entrevistas aplicadas pautaram-se na elaboração de questões de caráter semiestruturado, da qual, tinha como foco identificar o perfil desta classe de estudantes e profissionais para, assim, as verbalizações serem apresentadas de forma interpretativa e qualitativa.

A proposta inicial era entrevistar alunos do curso de Psicologia e que estão em graduação na Fundação Educacional Dr. Raul Bauab de Jaú-SP e da Universidade Sagrado Coração de Bauru-SP. No entanto, a coordenação do curso de Psicologia da Universidade Sagrado Coração de Bauru-SP indeferiu o pedido para realização das entrevistas alegando ter conhecimento da importância deste trabalho, mas, por outro lado, não deixando ‘claro’ os reais motivos para tal decisão.

Noutro momento, psicólogos e assistentes sociais, que atuam em organizações governamentais ligadas à Política de Assistência, determinaram se existem avanços e/ou impasses no trabalho interdisciplinar.

Referente aos dados secundários, a técnica utilizada foi a de observação direta e indireta. Desta forma foi produzida uma riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

É indubitável que todo discurso científico valha-se de conceitos estruturantes. Os conceitos apresentados baseiam-se num discurso dialético, pragmático e comunicativo, ou seja, a corrente teórica adotada fomentou de forma operativa interpretações acerca realidade vivenciada por alunos de psicologia e profissionais que atuam na Política de Assistência Social, além do mais, na troca de experiências entre pesquisador e interlocutores da pesquisa.

Os métodos utilizados na pesquisa foram selecionados, ajustados e desenvolvidos a partir da compatibilidade com a natureza do fenômeno estudado, isto é, caracterizada pela

ênfase ao mundo da vida cotidiana com retorno à totalidade do mundo vivido. Esse tipo de método retrata uma abordagem que não se apega tão somente às coisas factualmente observáveis, mas visa evidenciar seu significado e contexto com um refinamento e previsão sempre maiores.

## **5.1 Caminhos da Pesquisa**

Ao promovermos um isolamento da situação em foco, dentro do seu contexto, o estudo de tal fenômeno nos permitiu questionar e discutir pressupostos tidos como naturais, óbvios da intencionalidade do sujeito frente à realidade de sua ação. A pesquisa aplicada à esfera social possibilitou acesso ao mundo vivido através da descrição direta e indireta das experiências dos sujeitos entrevistados. Deixaram em voga, dados de natureza exploratória com interpretações abertas a outras interpretações, embora muitas vezes conflitantes.

O objeto de estudo das ciências sócias possui consciência histórica. Noutras palavras, não é apenas o investigador que tem a capacidade de dar sentido ao seu trabalho intelectual. Todos os seres humanos, em geral, assim como grupos e sociedades específicas dão significado a suas ações e a suas construções, são capazes de explicitar as intenções de seus atos e projetam e planejam seu futuro, dentro de um nível de racionalidade sempre presente nas ações humanas (MINAYO & GOMES; 2013, pg. 13).

A compreensão da forma vivida na cotidianidade supõe a análise do comportamento social relacionado aos seus motivos, finalidades e racionalidade. Essa compreensão pôde ser utilizada como um método particular das ciências sociais, para a apreensão do contemporâneo, além do mais, ser adotada como investigação do mundo face a situações qualitativas onde torna-se fonte de identificação de características típicas a partir das experiência diretas e imediatas que delas se pode obter.

Tornou-se de suma importância o ciclo de pesquisa adotado neste estudo, pois este abordava um processo de trabalho em espiral baseado, a princípio, em fase exploratória cujo enfoque consistiu em elencar os procedimentos necessários para preparar o trabalho em campo. Posteriormente foi realizada etapa referente à análise e tratamento do material

descritivo e documental visando valorizar, compreender e interpretar os dados coletados. Por fim, foram articulados estudos bibliográficos para fundamentar as interpretações com leituras teóricas cuja necessidade foi levantada como problema-chave desta pesquisa.

Se quisermos, portanto, trilhar a carreira de pesquisador, temos que nos aprofundar nas obras dos diferentes autores que trabalham com os temas que nos preocupam. O bom pesquisador é o que indaga muito, lê com profundidade para entender o pensamento dos autores, que é crítico frente ao que lê, e elabora sua proposta de pesquisa, informado pelas teorias, mas de forma pessoal e criativa (MINAYO & GOMES, 2013, pg. 19).

Durante a realização das entrevistas buscamos desvendar se as diretrizes curriculares da graduação em Psicologia e como ocorre a formação de futuros profissionais para a operacionalização da Política Pública de Assistência Social. Outro aspecto levantado para análise pautou-se na busca para identificar, na graduação de Psicologia, como é estabelecida metodologia de ensino sobre Política Pública da Assistência Social.

Num segundo momento, procuramos evidenciar a prática dos psicólogos frente a sua atuação na Política Pública da Assistência Social e revelar avanços e impasses da interdisciplinaridade entre psicologia e serviço social.

O universo da pesquisa teve como objetivo entrevistar 10 (dez) alunos do curso de Psicologia da Fundação Educacional Dr. Raul Bauab de Jaú-SP, sendo aplicadas entrevistas a dois alunos de cada ano da graduação – desde alunos recém-ingressos no curso até os quintanistas. A Fundação Educacional Dr. Raul Bauab de Jaú-SP possui regularmente matriculado um total de 276 alunos no curso de Psicologia no ano de 2014.

Por conseguinte foram realizadas entrevistas com profissionais do Serviço Social e Psicologia que já atuam tanto em CREAS quanto em CRAS das cidades de Bauru-SP, Barra Bonita-SP, Dois Córregos-SP, Jaú-SP, Pederneiras-SP e Lençóis Paulista-SP. Portanto, realizamos um total de 07 (sete) entrevistas com assistentes sociais e 06 (seis) entrevistas com psicólogos.

Em suma, a amostra apresentada nesta pesquisa apresenta um total de 23 (vinte e três) entrevistas realizadas com os sujeitos acima descritos. Este estudo nos permitiu aprofundar o saber diante de um espectro magnífico da vida, isto é, a percepção, troca de experiências e processos de transformação conduzindo-nos a seres mais críticos e mais interativos. Assim, a

viagem pelos livros, teorias, práticas e trocas de vivências nos permitiu criar um mundo fantástico na busca pelo saber.

## **5.2 Caracterizações dos Serviços Socioassistenciais e da Fundação Educacional Dr. Raul Bauab de Jaú-SP.**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) busca incorporar demandas presentes na sociedade brasileira baseada na responsabilidade política, bem como objetivar diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Diante deste desafio de enfrentar a questão social, juntamente, com o processo de descentralização a PNAS legitima sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação fortalece uma gestão democrática que vai muito além de inovação gerencial, mas, sim, da superação da exclusão social e garantia de acesso aos direitos dos cidadãos.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são unidades públicas estatais de base territorial que devem estar localizados em áreas de maior índice de vulnerabilidade social e executar serviços de proteção básica. São responsáveis pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) devendo valorizar as heterogeneidades e particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A equipe do CRAS tem como objetivo prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência e articular com a rede de proteção social local os direitos de cidadania, mantendo ativo o serviço de vigilância da exclusão social. Deve promover, também, encaminhamentos para a população local demandatária no que concerne acesso às demais políticas públicas possibilitando, assim, o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem à sustentabilidade, a ruptura de ciclos intergeracional de exclusão social e evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados.

A Política Nacional de Assistência Social, compreendendo as questões de porte demográfico dos municípios brasileiros, estabelece classificações para composição das equipes de referência de CRAS baseada em indicadores socioterritoriais e termina configurando uma ‘medida de desigualdade intraurbana. Assim, o número de habitantes que o cada município possui caracteriza o porte, unidades e composição das equipes de CRAS.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas estatais de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir em locus de referência em territórios de oferta de trabalho social especializado baseado no SUAS às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social que estejam com seus direitos violados.

Sua implantação, funcionamento e oferta direta de serviços configuram e legitimam responsabilidades conferidas ao poder público local, ao Estado e municípios conforme preconiza a pactuação de responsabilidades. Seus serviços não podem ser administrados por organizações de natureza privada sem fins lucrativos, bem como não podem sofrer interrupções por questões relativas à alternância da gestão ou quaisquer outros motivos.

O SUAS define, portanto, que são da competência dos CREAS ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco e violação de direitos, conforme rege a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Compreende que a gestão dos processos de trabalho nestas unidades devem incluir a coordenação técnica e administrativa da equipe, além do mais, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados. Outro aspecto importante na execução dos serviços realizados pelo CREAS vale-se do relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações sem causar prejuízos das competências do órgão gestor de assistência social em relação à Unidade.

Os CREAS devem desenvolver o Programa de Proteção e Atendimento Especializado às famílias e indivíduos (PAEFI). Este tendo como objetivo o fortalecimento da função protetiva da família, a interrupção de padrões de relacionamento familiares e comunitários em que aja violação de direitos, a potencialização dos recursos para a superação da situação vivenciada e a reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e o acesso das famílias e indivíduos à rede de proteção social. Tem como foco promover o exercício do protagonismo e da participação social e a prevenção de agravamentos e da institucionalização.

De acordo com o processo de implementação do SUAS, os profissionais que compõem as equipes de referência das unidades de CREAS deverá garantir a coordenação e auxiliares administrativos, conforme rege a NOB-RH/SUAS. Já na Resolução CNAS nº 17/2011, compõem o quadro de recursos humanos como profissionais de referência da Proteção Social de Média Complexidade assistente social, psicólogo e advogado. No entanto, os recursos humanos de cada serviço devem ser dimensionados de acordo com a capacidade de atendimento das equipes.

A Fundação Educacional Dr. Raul Bauab Jaú-SP foi fundada em julho de 1964, durante o período do Golpe Militar. Seu compromisso com a educação e os princípios da democracia, tornando-se uma instituição séria e reconhecida em todo Estado de São Paulo. Com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jaú tornou-se a primeira instituição educacional de ensino superior na cidade de Jaú-SP. Este fato muito comemorado na ocasião, principalmente pelos estudantes que antes precisavam se deslocar para cidades distantes para ingressar numa faculdade.

Os primeiros cursos oferecidos foram Pedagogia, Letras, História e Geografia. O empenho dos dirigentes e funcionários, que passaram pela instituição, sempre foi direcionado para um ensino cada vez mais preparado para atender as necessidades dos estudantes e das comunidades de nossa região.

Em 1972, o Governo Federal autorizou o funcionamento do Curso de Administração de Empresas com a instalação da Faculdade de Administração, um dos cursos mais concorridos na época, sendo reconhecido com todos os méritos em 1977. Posteriormente houve a implantação do curso de Ciências Contábeis no ano de 1988.

Em 1985 foi integrado à Fundação Educacional a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, conseguindo três anos depois reconhecimento pelo MEC. Hoje é um dos cursos mais valorizados do Centro-Oeste Paulista, formando profissionais altamente capacitados.

No ano de 1996 começa a sair do papel um antigo sonho da comunidade jauense de conseguir uma Faculdade de Direito para a cidade. Coube a Fundação Educacional "Raul Bauab", transformar esse desejo em realidade. Finalmente, em 2001, o Curso de Direito é reconhecido pelo Ministério da Educação e recomendado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Também vieram mudanças na estrutura administrativa dos cursos. Tudo para melhorar ainda mais o nível de ensino e a qualidade dos futuros profissionais formados nas faculdades. Por isso, o ano de 1998 foi importante, pois marcou a criação das Faculdades Integradas de Jaú. A partir desse ano, cada Centro de Educação ficou sob a responsabilidade de um Coordenador, ficando a função de Direção designada às Faculdades Integradas de Jaú.

Recentemente, as Faculdades Integradas de Jaú tiveram os reconhecimentos para os Cursos de Sistemas da Informação (2007), Comunicação Social - Jornalismo, Radialismo e Publicidade/Propaganda (2010) e Matemática (2010). O curso de Psicologia obteve autorização para funcionamento no ano de 2008, sendo reconhecimento pelo MEC em 2013.

O atual dirigente das Faculdades Integradas de Jaú é o Prof. Dr. Wanderlei Sebastião Gabini que também coordena o Centro de Administração que abrange os cursos de

Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação, Publicidade e Propaganda e Jornalismo. O Instituto Superior de Educação é coordenado pelo Prof. Dr. Wanderlei Sebastião Gabini e possui os cursos de História, Geografia, Letras, Matemática e Pedagogia. No Centro de Ciências da Saúde, estão os Cursos de Enfermagem, Psicologia e Educação Física, coordenados pela Profa. Dra. Cleusa Camilo Atique. O Centro de Ciências Jurídicas, com o curso de Direito, coordenado pelo Prof. Ms. Carlos Rosseto Júnior.

O compromisso da Fundação é de estar atrelado às necessidades das comunidades. Uma de suas funções mais importantes é fazer da educação qualificada ferramenta para a transformação social.

### **5.3 Categorias da Pesquisa**

É importante enaltecer que a pesquisa realizada teve como foco entrevistar, num primeiro momento, alunos que estivessem durante graduação no curso de Psicologia da Fundação Educacional Dr. Raul Bauab, por conseguinte, os profissionais que compõem equipes de referência tanto de CRAS quanto de CREAS.

Foram adotadas como ponto de referência as diretrizes curriculares da graduação em Psicologia na formação de profissionais para a operacionalização da Política de Assistência Social, quando a partir deste caminho levantamos as seguintes categorias:

- Categoria 1: Conhecimento teórico e prático dos profissionais e alunos de psicologia na atuação e operacionalização da Política de Assistência Social.
- Categoria 2: A efetivação do trabalho interdisciplinar.

#### **5.3.1 Conhecimento Teórico e Prático dos Profissionais e alunos de Psicologia na Atuação e Operacionalização da Política de Assistência Social (Análise do Instrumental 1)**

Para podermos preservar a discrição dos participantes que concederam às entrevistas, identificamos as respostas dos profissionais numa classificação de baseada em números.

O primeiro questionamento abordado nas entrevistas realizadas buscou evidenciar como foram as experiências dos sujeitos referentes à grade curricular de aulas ofertadas durante período de graduação. Para tanto foi questionado se:

Durante sua graduação em psicologia você teve aulas sobre Política Pública de Assistência Social?

Até o momento não (Aluno A – 1º ano da graduação).

Diretamente, não. Eu tive alguma coisa assim em psicologia da saúde, mas tudo muito breve, nada muito aprofundado (Aluno E – 3º ano da graduação).

A gente não teve aula sobre assistência social. De maneira alguma (Aluno F – 4º ano da graduação).

Especificamente da política hoje, como ela está colocada, não! A gente teve noções assim do histórico [...] da história da psicologia comunitária, da psicologia social. Alguns marcos dentro dessa evolução, mas especificamente das políticas não (Profissional do CRAS 3).

A resposta é não. Porque eu me formei em 2009, só para contextualizar [...] hoje a gente tem um conhecimento que muita coisa é recente [...] o que eu tive próximo disso foi uma disciplina que se chamava saúde pública e saúde mental [...] então ela trazia muitos marcos e muitas questões da saúde mental [...] da política do SUS [...] da própria política da saúde mental. Eu tive isso (Profissional do CREAS 1).

Fica evidente que as diretrizes metodológicas de ensino do curso de Psicologia ainda não ofertam disciplinas específicas cujo enfoque seja a Política Pública de Assistência Social. Outro aspecto observado refere-se as práticas de se lecionar assuntos próprios desta Política dentro de disciplinas que, muitas vezes, não se enquadram dentro do campo das Políticas Públicas.

Não! Eu me formei em 1989 [...] Não tinha nada disso (Profissional do CRAS 1)

É importante ressaltar que ano de 1988 tem como marco histórico a aprovação da Constituição Federal do Brasil. Somente em 1993 que se inicia o processo de evolução para a construção e fortalecimento da Política Pública de Assistência Social. Portanto, os profissionais que se formaram entre a década de 1980 e 1990 contavam com poucos recursos didáticos e metodológicos para aquisição de conhecimentos acerca desta Política.

Logo em seguida, procuramos compreender qual o nível de conhecimento dos alunos e profissionais de psicologia acerca do que entendem ser Política Pública de Assistência Social.

Eu acho que são projetos voltados à saúde [...] que é atender o máximo de pessoas numa rede, por exemplo, sem ter problemas vamos dizer assim. Políticas que envolvam o máximo e abranjam bastante coisas pra funcionar bem (Aluno C – 2º ano da graduação).

Eu acho que é uma política que visa dar suporte para que a sociedade viva dentro dos padrões que esperam para ser uma sociedade saudável (Aluno H – 5º ano da graduação).

Na minha visão [...] ela é o trabalho essencial, porque eu vejo a assistência social [...] que consegue medir muito bem [...] pode ver, aonde tem assistente social [...] ela consegue achar certinho aonde é o foco do problema e, às vezes, até consegue resolver de imediato [...] só que depois não consegue dar sequência, porque as sequências daquelas soluções vão depender muito da pessoa que está sendo assistida [...] é aquela velha história, não dá pra ‘ajudar’ uma pessoa se ela não quer ser ‘ajudada’ [...] então aí é que entra a psicologia, para despertar nela essa vontade de ser ajudada [...] aí, sim, o trabalho da assistência social vai ficar muito melhor [...] há uma certa compensação para as pessoas não quererem sair da condição de ‘coitadinhos’, porque se elas saírem desta condição não terá benefício [...] a psicologia vai tentar fazer com que essa pessoa saia dessa condição de ‘flagelado’, de ‘coitadinho’ (Profissional do CRAS 2).

Eu entendo que são políticas endereçadas para a sociedade [...] as políticas públicas, eu sempre ouvia falar, que elas vinham de cima para baixo e eu vi lá na conferência que o próprio povo e delegados estão participando [...] as políticas públicas estão sendo formadas pelo povo [...] eu acredito que ainda exista muita distorção de que não há um estado tão crítico em que a pessoa esteja preparada para ela mesma procurar o que é melhor para ela (Profissional do CREAS 2).

Grande parte das verbalizações tanto de alunos quanto de profissionais da psicologia revela a falta de conhecimento específico, teórico e conceitual do que é a Política de Assistência Social. Pausas e desvios na fala nos levam a supor que os conhecimentos apresentados, muitas vezes, se confundem e/ou são distorcidos com a figura pragmática de uma Política pautada na ‘ajuda’, ‘benesse’ ou ‘favor’. Esse indicador torna-se preocupante, ajuizada, que por falta de um aprofundamento teórico, talvez, estejamos retrocedendo frente à incompreensão do que realmente é a Política Pública de Assistência Social.

É uma política voltada para a garantia de direitos dos usuários, de promover uma maior autonomia, o autoconhecimento [...] eu acho que eles sinalizam muito pra gente que trabalho dentro desta política é sobre esse histórico de exclusão social, das lutas de classes, das desigualdades sociais, da desnaturalização das situações que estão sendo colocadas [...] eu acredito que essa política vem atuar nesse sentido e não no assistencialismo como era pregado antigamente [...] vem para conscientizar o usuário dos seus direitos e a gente que trabalha nessa política deve estar muito ciente disto (Profissional do CREAS 3).

Apenas três profissionais apresentaram uma linguagem vinculada às diretrizes norteadoras e essenciais que compõem o escopo de conhecimentos necessários e fundamentais para o profissional que atua no campo da Política Pública de Assistência Social.

Indagamos aos sujeitos se as diretrizes curriculares do curso de graduação ofereceram e/ou oferecem oportunidade de conhecimento e estudos sobre a Política de Assistência Social. Eis as seguintes respostas para este questionamento:

Eu acho que não (Aluno F - 4º ano da graduação).

Se eu quiser saber só fora da faculdade (Aluno I – 5º ano da graduação).

Especificamente sobre Política de Assistência Social, não! [...] da minha época pra cá eu acredito que não teve muito avanço. Sei disso através dos contatos que mantenho com amigos de graduação. A Política de Assistência Social, a gente tem que entender que ela também é muito recente. Talvez, os nossos professores na época estavam habituados com isso. [...] talvez não estivessem habituados a estudar as leis, normas e diretrizes dessa política (Profissional do CRAS 3).

Eu acho que ainda não oferecem essa oportunidade [...] se isso acontece é uma pequena parte [...] eu acho que tem ocorrido uma pequena parte em sala de aula, mas pra que isso seja levada a um nível de estágio e disciplina isso a gente ainda não ouve falar (Profissional do CREAS 1).

Fica claro que tanto alunos quanto profissionais não contaram com a oportunidade e oferta de uma disciplina que apresentasse as diretrizes e bases da Política Pública de Assistência Social. Isso denota um os desafios a serem superados para a qualificação profissional de sujeitos que possam vir a atuar nesta Política. Compete ao Conselho Federal da Psicologia observar as mudanças no cenário nacional, bem como reformular propostas das diretrizes nacionais curriculares do curso de Psicologia.

Outro quesito investigado foi se os alunos e profissionais receberam aulas e/ou orientação sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Não! Nunca ouvi falar, nem na faculdade ouvi falar (Aluno B – 1º ano da graduação).

SUAS? Não, a gente começou a ver alguma coisa sobre o SUS e acho que a gente ainda não chegou nisso não (Aluno C – 2º ano da graduação).

Não. O que a gente vê é bem em geral. A gente vê numa matéria que não diz respeito a políticas públicas, que é apenas um gancho pegado (Aluno G – 4º ano da graduação).

Não. Só sobre o SUS da saúde (Aluno I – 5º ano da graduação)

Novamente torna-se evidente inexistência de conteúdos específicos sobre princípios básicos da Política Pública de Assistência Social. Um fato a ser ressaltado é a associação, quase que imediata, dos alunos correlacionarem SUAS ao Sistema Único de Saúde (SUS). Isso nos leva a crer que o imaginário desses sujeitos rege-se por associação quando estão diante de um assunto, da qual, não possuem conhecimento.

Não [...] nem sabia o que era até então (Profissional do CRAS 1).

Não existia, não tinha nascido o SUAS [...] É que foi regulamentado agora a pouco tempo, em 2011 (Profissional do CREAS 2).

Cabe mencionar, neste momento, que a maior parte dos profissionais de psicologia entrevistados concluíram sua graduação entre os anos de 1981 e 2002. O Sistema Único de Assistência Social foi instituído no ano de 2004, sendo inviável a oferta de conhecimento durante graduação a estes profissionais enquanto ainda eram alunos.

Procuramos saber, também, qual era o nível de conhecimento dos entrevistados sobre o que é CRAS e CREAS, bem como o que diferencia um órgão do outro. Segue abaixo as seguintes verbalizações:

Eu já ouvi falar, mas eu não sei o que significa. Eu não sei discriminar o que é um e outro (Aluno B – 1º ano da graduação).

O CRAS é mais, assim, centrado na pessoa carente. Aí a pessoa procura o CRAS como uma forma de apoio, de assistência social. O

CREAS já é mais tipo, tem em alguns CREAS o L.A o que é liberdade assistida e cuida mais dos moradores de rua. É uma coisa mais especial, né? Vamos dizer assim, que eu me lembre (Aluno H – 5º ano da graduação).

Sim, eu sei [...] a única diferença entre o CRAS e o CREAS é que o CREAS aprimora um pouco mais e tem outros profissionais. No fundo, no fundo é isso! Ele é o que é o CRAS, só que mais especializado [...] se o CRAS é a porta de entrada; aqui que tem o problema familiar sério, envolvendo casos – assim – escabrosos, de separação, de estupro, no CREAS eu vou conseguir ter o advogado para trabalhar essa questão de fazer toda a papelada das coisas que aqui no CRAS a gente não poderia fazer (Profissional do CRAS 2).

Sim [...] O CRAS trabalha realmente na parte prática e nós já trabalhamos aqui na proteção dos direitos desse pessoal. Na violação dos seus direitos [...] o CRAS trabalha na prevenção (Profissional de CREAS 2).

O conhecimento que os alunos possuem acerca do que é ser CRAS e CREAS, bem como os serviços que nestes órgãos públicos estatais são ofertados são apresentados de maneira superficial e, muitas das vezes, desconexos. Salientamos, mais uma vez, que apenas três profissionais apresentam conhecimento aprofundado e coerente acerca desta questão. Em geral, é perceptível a falta de subsídios e termos próprios da Política Pública de Assistência no que tange a fala dos sujeitos.

Indagamos os sujeitos da pesquisa sobre se a faculdade oferta e/ou ofertou recursos didáticos e metodológicos sobre a Política de Assistência Social durante graduação. Esta questão visa evidenciar se as centros de formação profissional estão atentos às mudanças nos campos de atuação, além do mais, dar acesso aos alunos em obter informações sobre a Política Pública de Assistência Social.

Eu acredito que deve até ter na biblioteca, mas a gente não é muito incentivado a buscar saber sobre isso (Aluno E – 3º ano da graduação).

Olha, eu acredito que não. Assim a biblioteca não fala de política pública, 100 livros que englobam a psicologia social de forma geral. Sabe é o que eu te falei a gente estudou projetos sociais, no caso da minha turma com pessoas ex viciadas em drogas, como lidar com isso nesses projeto, mas não a política em si. E eu nunca pesquisei a respeito na biblioteca sobre a política, mas o pouco que eu vi é o ‘socialzão’ numa visão geral. (Aluno F – 4º ano da graduação).

Eu estudei na Unesp de Bauru [...] naquela época tinha uma biblioteca maravilhosa [...] Ter esse conteúdo, devia ter! Mas eu tinha a oportunidade pra pensar sobre existir um conteúdo voltado para a Assistência Social (Profissional do CRAS 1).

Acredito que quando eu estava formando não tinha [...] foi, também, o período que a Política estava começando mesmo [...] mas acho que não. Hoje quero acreditar que tenha esses recursos na faculdade que me formei (Profissional do CREAS 3).

As faculdades, em geral, possuem um acervo bibliográfico e didático que englobam temas diversos das ciências humanas. No entanto, esquece-se de divulgar e/ou estimular seus alunos a vislumbrarem outros assuntos que não sejam apenas do curso em que o sujeito está inserido. Essa questão retrata absolutamente esse viés, o da deficiência em se divulgar os recursos, da qual, a universidade possui.

Em seguida, buscamos coletar a opinião dos entrevistados se acreditam que após a formação em psicologia estão aptos para trabalhar no campo da Política da Assistência Social. Esse item tem como objetivo revelar as percepções subjetivas dos sujeitos frente ao conhecimento acadêmico adquirido durante graduação.

O que é a política pública de assistência? Se eu estarei preparada? Eu acho que não (Aluno B – 1º ano da graduação).

Não. Não só o campo das políticas públicas, mas sim várias. Eu acho que o enfoque principal da faculdade é a clínica [...] tanto a escolar, a

hospitalar, assistência social a gente não está apto, não está pronto para trabalhar nessa área. Falta muita informação (Aluno G – 4º ano da graduação).

Olha, depende muito da formação, do histórico próprio da pessoa [...] a gente consegue superar essas deficiências quando a gente se insere no campo da Política da Assistência Social [...] mas saindo da graduação, não! [...] eu acredito que não (Profissional do CRAS 3).

Não! [...] Primeiro por conta de não ser demonstrado durante graduação o que é a Política da Assistência Social [...] hoje que eu estou buscando tentar me aprimorar (Profissional do CREAS 1)

Foi unânime a negativa nas respostas dadas para este item indagado. Tanto alunos quanto profissionais demonstraram preocupação ao revelar que não obtiveram suporte acadêmico necessário sobre a Política Pública de Assistência Social. Em contrapartida, se mostraram abertos a procurar aprimoramento para superar essa deficiência da formação através de cursos de extensão e/ou especialização neste campo.

Visando desvendar como pode ser desenvolvido o trabalho interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais perguntamos aos participantes qual é o desafio para a efetivação do trabalho interdisciplinar entre essas duas classes profissionais.

Eu acho que é a conscientização de toda equipe não só do psicólogo, mas também do assistente social em estar envolvido estar engajado nesse trabalho [...] acho que seja mais vontade de querer estar junto trabalhando (Aluno D – 2º ano da graduação)

É possível trabalhar juntos e deveria [...] bastante comunicação entre eles. Diálogo! Convivência entre eles, mas um respeitando meio que a área do outro. E um dando suporte para o outro [...] Porque, às vezes, o assistente social dá uma, sei lá, eles têm ética também. Não estou falando só porque eu sou quase psicólogo, mas, às vezes, eles dão uma julgada, jogam uns conceitos deles. Deveria [...] tipo, eles conversaram com o psicólogo e o psicólogo conversarem com eles.

Pra quebrar essa ideia de que a minha ciência é melhor do que a sua (Aluno H – 5º ano da graduação).

Sabe qual é o desafio maior? É o nosso trabalho começar a ser representado num macro sistema [...] Precisa ecoar no sistema para mostrar que nosso sistema está errado [...] A assistência social e a psicologia estão no mesmo caminho [...] nós enfrentamos uma guerra grande [...] foi quando os psicólogos podiam afastar pelo INSS por 15 dias, aí o que aconteceu? Os médicos [...] montaram através do congresso nacional uma PL chamada ‘Ato Médico’ onde a última palavra de toda a equipe é do médico [...] mas eu vejo os trabalhadores do SUAS mais preocupados em fazer seu trabalho (Profissional do CRAS 2).

Surge, na maior parte das verbalizações, uma conscientização dos alunos e profissionais da psicologia em quebrar as barreiras do descaso e tentar desenvolver um trabalho interdisciplinar mais harmonioso com os assistentes sociais. No entanto, o conteúdo latente, dessas mesmas verbalizações, ainda mostra resquícios de onipotência e dificuldade de aceitação diante da habilidade, competência e eficiência do trabalho desenvolvido por assistentes sociais.

A última indagação realizada aos participantes da pesquisa buscou evidenciar se o psicólogo que trabalha na Política Pública de Assistência Social deve fazer cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento para se tornar um conhecedor desta Política. Tal questão tinha como objetivo observar se alunos e profissionais estão abertos para aquisição de novos conhecimentos, das quais, não obtiveram durante formação acadêmica.

Deve. Vai estar mais ciente dos assuntos, das necessidades [...] Eu acho que sim [...] Para acrescentar, também, na carreira da pessoa, do psicólogo (Aluno B – 1º ano da graduação).

Eu acho que deve. Não só nessa política, mas em todas as áreas [...] Eu acho que faculdade não é suficiente para o psicólogo. Seja hospitalar, seja no que for, acho que tem que ter um curso de capacitação, uma pós e sempre estar atento a cursos [...] Sempre estar

renovando, porque acho muito vago só a faculdade [...] Se você escolheu aquela você tem que se aprofundar [...] tem que saber aquilo pra não fazer burrada (Aluno F – 4º ano da graduação).

Sim. É um papel de educação constante e contínua [...] O psicólogo também é um educador da população (Profissional do CRAS 3)

Deve [...] deve buscar sempre o aprimoramento, porque as coisas mudam muito [...] então são novas leis [...] é muita coisa nova que surge [...] é primordial! (Profissional do CREAS 3).

Um dos caminhos para a evolução e o comprometimento ético de quaisquer profissionais que trabalham no campo da Política Pública de Assistência Social vigora no compromisso de estar em constante formação. Todos os sujeitos entrevistados compreendem a importância de estar em educação continuada, bem como se mostram abertos para trilhar os caminhos necessários para efetivação de um trabalho com qualidade independente da área em que esteja atuando.

### **5.3.2 A Efetivação do Trabalho Interdisciplinar (Análise do Instrumental 2)**

A análise interpretativa e qualitativa dos dados coletados referentes ao instrumental 2 correspondem às verbalizações e percepções de assistentes sociais quanto ao conjunto de competências, conhecimentos apresentados por profissionais da psicologia, bem como as experiências na efetivação do trabalho interdisciplinar entre assistentes sociais e psicólogos enquanto trabalhadores do SUAS.

Realizamos entrevistas com assistentes sociais tanto do CRAS quanto do CREAS na intenção de captar o máximo de informações de como se desenvolve o trabalho interdisciplinar nessas unidades públicas estatais para, posteriormente, obtermos um retrato acerca das barreiras, impasses e desafios a superados pelos profissionais que compõem essas equipes de referência de assistência social.

Para podermos preservar a discrição dos participantes que concederam às entrevistas, identificamos as respostas dos profissionais numa classificação de cores.

A primeira pergunta buscava evidenciar qual a percepção que os assistentes sociais possuíam sobre a psicologia no campo da Política Pública de Assistência Social. Para esse item obtivemos as seguintes respostas:

É muito recente o psicólogo inserido [...] a gente sabe que o psicólogo em si tem outra visão, é diferente. É um profissional que trabalha outras questões [...] então, só tem a somar mesmo! [...] é importante, ele tem um olhar diferenciado (Profissional do CRAS Vermelho)

Eu acho assim, é muito rico a gente ter essa troca de saber com profissionais de outras áreas [...] mas ainda é muito difícil essa visão da psicologia na assistência social [...] é muito rico pra política de assistência social, porque a gente precisa muito [...] a gente complementa [...] eu acho que é muito interessante à gente ter essa troca de saber, de experiência (Profissional do CRAS Amarelo)

Olha eu acho fundamental hoje, embora não seja um trabalho clínico [...] acho fundamental inclusive por ser interdisciplinar, porque você está ali enquanto assistente social prezando, fundamentalmente, pela efetivação do direito, enquanto o psicólogo também começa a ter essa noção do direito e vendo o usuário numa outra perspectiva [...] eu acho que é olhar diferenciado, mas que ao mesmo tempo soma muito com a nossa visão da efetivação do direito (Profissional do CREAS Lilás)

Observamos que todos os entrevistados demonstram entusiasmo ao mencionar que a inserção de psicólogos na Política de Assistência Social vem para agregar, ‘somar’ e unir forças no que corresponde à evolução e qualidade na oferta de serviços na efetivação da Assistência Social como Política Pública.

Em seguida, questionamos os assistentes sociais sobre qual foi o impacto que causou em sua experiência profissional, a partir do momento, que fica estabelecido na NOB-RH que o profissional de psicologia deve compor a equipe interdisciplinar na Política de Assistência Social. E se acreditavam que os psicólogos estavam aptos e possuíam conhecimentos sobre a operacionalização desta Política.

Não! Eu acredito que não, porque eles só conseguem entender mesmo no momento em que estão trabalhando na área [...] até porque a faculdade não oferece esse tipo de abordagem, porque todo curso deixa a desejar em algum aspecto (Profissional do CRAS Rosa)

Não! Eu acredito que eles sofrem bastante com isso, porque a gente já vem preparado para trabalhar nisso [...] pra eles é tudo muito novo [...] o social na vida deles, imagino eu, é muito novo. Então, eles vão sofrendo com isso. Vão aprendendo no dia a dia. Errando, acertando, mas vão procurando fazer (Profissional do CREAS Verde)

Fica evidente nas falas dos participantes a preocupação e carinho ao relatarem que seus ‘colegas’ de trabalho (no caso os psicólogos) não obtiveram suporte necessário durante graduação para se tornarem aptos no momento que se inserem no campo da Política de Assistência Social.

Eu acho assim, pronto ninguém estava! Nem o psicólogo, nem o assistente social, porque é muita informação [...] toda hora a gente está estudando, lendo, buscando informações a respeito do atendimento realizado no CRAS [...] pronto realmente não estávamos, não porque é psicólogo, mas todos que são profissionais do CRAS. Foi tudo muito novo e com muita informação (Profissional do CRAS Vermelho)

Uma das verbalizações que nos chamou a atenção corresponde a acima mencionada. Ela reflete uma percepção de que não apenas os psicólogos, muita das vezes, contavam com o recurso de conhecer especificamente o campo da Política Pública da Assistência Social, mas, também, que as mudanças ocorridas nas NOB’s e SUAS vieram para redimensionar antigos paradigmas e atuações até mesmo dos profissionais do Serviço Social.

O Conselho Federal do Serviço Social e Conselho Federal de Psicologia ao observarem possíveis dificuldades na atuação de assistentes sociais e psicólogos lançaram no ano de 2007 uma cartilha intitulada ‘Parâmetros na Atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social, justamente, para orientar essas duas classes profissionais e esclarecer

muitos aspectos que, talvez, estivessem comprometendo uma operacionalização com lacunas na oferta dos serviços socioassistenciais.

Por conseguinte, questionamos que tipo de contribuição os psicólogos podem ofertar durante o trabalho interdisciplinar.

Justamente por ter uma abordagem diferente [...] eu acho que as pessoas confiam mais no psicólogo do que na gente [...] nós fazíamos a mesma pergunta pra pessoa que o psicólogo e a gente via que as respostas eram dadas diferentes por ele ser psicólogo [...] ele vem pra quebrar algumas resistências que as pessoas ainda possuem com a gente [...] é muito favorável! [...] a visão do psicólogo é muito mais ampla. É muito mais aprofundada que a nossa. A gente realmente tende a fazer a parte social, como o estudo socioeconômico, e o psicólogo complementa (Profissional do CRAS Branco).

É muito interessante essa troca, porque somam os saberes [...] é sempre uma troca, uma construção [...] é um conjunto, nós somos profissionais do CRAS, independente da formação [...] somos trabalhadores do SUAS (Profissional do CRAS Marrom)

Eu acho que além de agregar conhecimentos [...] no atendimento individual, em nós estamos juntas [...] a gente tanto reconhece esse olhar do psicólogo [...] então além de agregar conhecimentos, ela nos traz um suporte [...] eu me sinto bem, porque entendo que aquilo demanda daquilo que a pessoa entende [...] e a gente tem que ter humildade suficiente pra dizer: que bom! Que o usuário alguma coisa quer contar para o psicólogo e que ela sabe que o psicólogo vai ter condições de melhorar nela. E que bom que ela reconhece isso! [...] eu acho positivo isso (Profissional do CREAS Lilás).

Todos os assistentes sociais apresentaram respostas alegando que a inserção do psicólogo na equipe interdisciplinar promove melhorias, além do mais, contribui para o fortalecimento da efetivação dos serviços ao público. Muitos até mencionam que a maior contribuição é agregar saberes e estimular possibilidades de maiores construções no campo da

Política de Assistência Social. A inserção do psicólogo nas políticas públicas cresceu muito nos últimos dez anos. Essa atuação foi acompanhada pela construção, na Psicologia, do compromisso social, com a participação de psicólogos de todo o país. Essa perspectiva valoriza a construção de práticas comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana.

A pergunta referente às perspectivas e dificuldades na relação interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais obtiveram as seguintes verbalizações:

Então, assim, de dificuldade eu ainda não tinha pensado um pouco, mais o que eu acho positivo [...] eu atendo separado, ela atende separado, mas a gente acaba discutindo o caso [...] a gente tem que atender na totalidade o serviço social coloca isso [...] eu acho que isso venha reforçar a totalidade [...] as vezes eu tenho uma visão que ela não tem. Ela tem uma visão que eu não tenho, a gente acaba enriquecendo muito a intervenção [...] eu acho que agora de dificuldade eu não tenho pelo menos eu não tive até hoje (Profissional do CRAS Amarelo).

De positivo eu penso que toa intervenção é positiva [...] O nosso trabalho é muito interessante [...] de ver como são gritantes as diferenças entre as duas profissões, mas ao mesmo tempo elas se complementam [...] A dificuldade eu acho que ela é, até maior, pela dificuldade de aceitação de quem trabalha junto e ainda não tem essa percepção de entender que nível superior não tem essa diferenciação [...] somos todos técnicos de nível superior [...] então as pessoas, muitas vezes, não entendem [...] a dificuldade é a população entender que todos nós somos trabalhadores do SUAS [...] e até mesmo alguns outros trabalhadores, de outras políticas, entenderem isso (Profissional do CRAS Branco).

Eu nunca tive dificuldade com outros profissionais [...] mas eu acho que a gente tem ser real, né! Eu acredito que ainda existam dificuldades, porque são profissões muito semelhantes, de certa forma, mas acontece de um querer entrar no campo do outro [...] eu acho que

deve haver muita humildade, o profissional tem que ser humildade para saber que existe espaço pra todo mundo [...] que eu não sou aquela que nasci sabendo, que não sou perfeita, que a minha interpretação pode não a correta, que a minha experiência pode não ter dado certo, mas a do outro pode dar [...] eu acho que o profissional que escolha trabalhar em humanas, que pretende trabalhar na política de assistência social, tem que vir com esse olhar! (Profissional do CREAS Laranja).

A dificuldade de compreender que ambos os profissionais que compõem uma equipe interdisciplinar, ainda, é vista com poucas barreiras diante da situação relacional. No entanto, esbarramos na resistência provinda, muitas vezes, dos usuários e de outras Políticas ao não desmistificar o perfil que, tanto psicólogo quanto assistente social, são trabalhadores do SUAS. Na maioria das respostas que obtivemos fica evidente a perspectiva de que esses trabalhadores do SUAS devam pautar-se de uma boa comunicação e abertura para diálogos com companheiros das demais profissões que possam compor uma equipe interdisciplinar.

Por fim, perguntamos aos assistentes sociais se acreditam que o psicólogo, que trabalha na Política Pública de Assistência Social, deve fazer cursos de capacitação para se tornar um conhecedor desta Política.

Sim, porque é muito ampla a política de assistência social [...] acho que a gente precisa estar sempre se capacitando até a assistente social que está inserida há mais tempo, porque tudo muda. É muito dinâmico e a gente tem que ter um conhecimento muito grande para atuar, senão a gente fica só de tarefeiro no atendimento (Profissional do CRAS Amarelo).

Sim [...] não só por ele ser psicólogo, mas por ele ser um trabalhador de CRAS que está atendendo essa demanda de famílias [...] então capacitação cabe pra qualquer profissional. Do mesmo jeito que ela vai estar ganhando conhecimento com a capacitação toda equipe ganha. Independente de ser psicólogo ou não (Profissional do CRAS Vermelho).

Sim, fundamentalmente precisa [...] porque senão não dá conta de acompanhar a demanda [...] mas é difícil, porque uma hora não tem recurso financeiro, outra hora porque vai um pessoal e não vão todos (Profissional do CREAS Lilás).

Todos os assistentes sociais comentaram ser de extrema importância que os psicólogos estejam em constante capacitação e/ou aperfeiçoamento. Não apenas essa classe profissional em específico, mas todos que compõem uma equipe interdisciplinar das unidades públicas estatais que ofertem serviço socioassistencial. Vale ressaltar que a verbalização da profissional Lilás retrata um aspecto muito recorrente quando se trata de capacitações. A dificuldade de recursos financeiros e de contemplar todos os profissionais ainda é presente no dia a dia dessas equipes interdisciplinares.

## **6 CONCLUSÃO**

Qualquer psicólogo, ao se deparar com a possibilidade de enveredar por algo que atraía sua atenção, automaticamente, se posiciona na figura de um estrangeiro. É dito estrangeiro no sentido de ter a oportunidade de vislumbrar caminhos, cenários e evoluções, a partir do espectro, de ser o ‘outro’ e ao mesmo tempo participar das conquistas que as ‘outras pessoas’ lhe oferecem enquanto companheiro daquilo que lutaram com o passar dos anos.

Durante anos a Psicologia manteve-se configurada como ciência baseada no estudo da psique humana. Nas universidades o objeto de estudo pautou-se na análise “individual” do sujeito.

A grande maioria das instituições de ensino na área de Psicologia deixa em voga uma formação especificamente clínica. O referencial teórico, em geral, apresenta teorias e técnicas com ênfase clínica. Com a implantação da Política Pública da Assistência Social no Brasil, abriu-se um novo campo de atuação, estudo e pesquisa para os profissionais da psicologia.

A Política Pública de Assistência Social tem como objeto de estudo, prioritariamente, a centralidade e a superação das necessidades das famílias e seus membros. Assim, possui como pressuposto ações que devam prevenir, proteger, promover e garantir os direitos de cada cidadão que esteja sob o território brasileiro.

Atualmente se observa a oportunidade de psicólogos em atuarem na Política Pública da Assistência Social ora em seus demasiados órgãos, ora programas e projetos sociais. O trabalho interdisciplinar promove integração entre psicólogos e assistentes sociais, além do mais, novos olhares e propostas acerca da realidade social no Brasil.

Os cursos de nível superior de psicologia ainda não readequaram suas diretrizes curriculares, conteúdos que garantam na formação profissional um trabalho interdisciplinar que promova a integração entre psicólogos e assistentes sociais, além de olhares inovadores acerca da Política de Assistência Social.

O passo mais importante é reconhecer que, as diretrizes curriculares das universidades que realizam a formação de psicólogos, precisam reformular suas grades curriculares pensando, justamente, na qualificação, competências, aptidões necessárias, abertura de estágios, divulgação, ingresso de profissionais na área da Política de Assistência Social e a oportunidade de ministrarem, nos cursos de Psicologia, disciplina específica que contemple a política em questão.

A pesquisa apresentada nesse trabalho retrata o desconhecimento e despreparo dos futuros psicólogos no que se refere ao campo da Política de Assistência Social. Não apenas o despreparo, mas também, algumas barreiras que devem ser superadas, para que a efetivação do trabalho interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais seja construído de forma complementar, harmoniosa e ética.

Outro dado revelado na pesquisa é o que se refere à percepção que os profissionais de Serviço Social possuem em relação à atuação dos psicólogos na Política de Assistência Social, o qual menciona que ainda não ficam definidos e claros os parâmetros de atuação destes profissionais, ainda que se tenham normas e diretrizes que regulamentem esta atuação. Outra questão importante a retratar, é sobre as consequências do não conhecimento específico das competências de cada profissional para a atuação no Sistema Único de Assistência Social, o que ocasiona atritos na relação interdisciplinar e a descaracterização de seu papel enquanto trabalhador do SUAS.

Portanto, é dever de todos os profissionais e Centros de Formação Acadêmica propor ações que possam romper as fronteiras que impeçam o crescimento pessoal e profissional, bem como desmistificar ‘fantasmas/paradigmas’ que, muitas vezes, acabam sendo revelados, mas não enfrentados, tendo em vista que a ruptura desse retrato só será possível mediante a consciência ético política, teórico metodológico e técnico operativo para a implantação e fortalecimento de propostas inovadoras que garantam a mudança do atual cenário interdisciplinar.

Tendo como foco o resultado da pesquisa, sugere-se que esta monografia seja apresentada, discutida e divulgada a todos os Centros de Referência da Assistência Social, Centros de Referência Especializado da Assistência Social, Fundação Educacional Dr. Raul Bauab de Jaú que contribuíram para a construção dos dados analisados. Além do mais, levar ao conhecimento do Conselho Regional de Psicologia e Serviço Social, afim de que possam compreender e propor ações que façam frente aos resultados apresentados.

---

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALLPORT, Floyd Henry. **Social psychology**. Boston: Houghton- Mifflin, 1924.

FASE. **Nova Enciclopédia de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Fase, 1981.

BATTINI, Odária (org). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras, 2007.

BASTOS, A. V. B. Dinâmica profissional e formação do psicólogo: uma perspectiva de integração. In **Conselho Federal de Psicologia, Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

BERNARDES, Lúcia Helena Garcia. **História da Psicologia no Brasil: Subjetividade um objeto para uma Psicologia comprometida com o Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BERNARDES, João da Silva. **O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil: análise de documentos de domínio público**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

CABRAL, Anita de Castilhos e Marcondes. A psicologia no Brasil (1950). In M. A. M. Antunes (Org.), **História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, DF, 2004.

CARTWRIGHT, Dorwin. **Contemporary social psychology in historical social: PsychologyQuarterly**, 1979.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 27, de 24 de fevereiro de 2005**.

CRPSP. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). **Catálogo de 50 anos da Psicologia no Brasil: a história da psicologia no país**. Anais Eletrônicos, 2011. São Paulo. Disponível em: <<http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/pdf/catalogo50anos.pdf>>

CRESS-SP. **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social.9ª região – Gestão 2002-2005. São Paulo, 2004.

CRUZ, Lilian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza (org). **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. 4ª. ed. – Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

CRUZ, Lilian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza (org). **O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

COIMBRA, Cecília. **Guardiões da ordem**: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre. Rio de Janeiro, 1995.

FARR, Robert M. **As Raízes da Psicologia Social Moderna**. 10ª. ed. - Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

FERREIRA NETO, João Leite. **A formação do psicólogo**: clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. **Psicologia Social Comunitária Latinoamericana**: Algumas Aproximações e Intersecções com a Psicologia Política. Revista de Psicologia Política. SBPP, São Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. A psicologia de 1850 a 1950. In M. Foucault. **Ditos e Escritos I**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

LANE, Silvia. **A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia**. In S. Lane & W. Codo (org.), **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

MASSIMI, Marina. **História da Psicologia Brasileira**: da época colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB SUAS**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. 1ª. Ed. Vol. 2. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 4ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 33ª. ed.–Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. 6ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA JR., Armando. **Das discussões em torno da formação em psicologia às diretrizes curriculares**. Psicologia: Teoria e Prática, 1999.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 31ª. ed. – Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Heloísa. **Cultura Política e Assistência Social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

SÃO PAULO. **CRAS: Marcos Legais**. Vol. 1. São Paulo. Secretaria Estadual de Assistência Social e Desenvolvimento, 2009.

YAMAMOTO, Oswaldo. **Graduação e pós-graduação em psicologia: relações possíveis**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As Ambiguidades da Assistência Social Brasileira após Dez anos de LOAS**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo V.77, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. In: Brasil. Capacita SUASV.1 (2008). SUAS: configurando os Eixos de Mudança/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP.1 ed. Brasília: MDS, 2008.

**Data de aceitação: 17/12/2014**

**Data de aceitação: 08/04/2015**